

ATA N.º 6/XIII/2025

Sessão Ordinária setembro/2025

26/09/2025

Aos vinte e seis dias e aos vinte e nove do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e sete minutos, e pelas vinte e uma horas e onze minutos, respetivamente, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita, realizou-se a Sessão Ordinária de setembro da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Período de Intervenção do Público;
- 2 - Período Antes da Ordem do Dia;
- 3 - Período da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Pedido de renovação de isenção IMI nos termos da alínea a), n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
 - 3.2 - Aprovação final do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) da Moita;
 - 3.3 - Autorização prévia da Assembleia Municipal para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais relativos a empreitadas de obras públicas - reescalonamento e assunção de encargos plurianuais;
 - 3.4 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da alª c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013).

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em conformidade com o nº4 do artigo 15º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, atendendo a que a 2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Deputada Cláudia Fera, pediu a sua substituição, designou a Presidente da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, Ana Costa, para a composição da Mesa.

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- Cláudia Sofia Alves Dias Fera foi substituída por Carlos Gualberto da Silva Rodrigues
- Maria de Fátima Coelho Dâmaso foi substituída por Daniel José Viegas Serpa
- Eduardo Jorge Meruje Teixeira foi substituído por Maria Teresa Lésico de Jesus
- Miguel Francisco Amoêdo Canudo foi substituído por Ana Cristina Antunes da Costa Marques Ribeiro
- João Daniel Baião de Brito Apolónia foi substituído por Susana Isabel Horta Martins
- Rodrigo Fernando Mendonça Pedro foi substituído por Fernando Alves Fernandes Gaio
- Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias, foi substituída pela Secretária daquele Órgão, Cátia Andreia dos Santos Nunes

Verificação de ausências:

- No dia 26 de setembro de 2025, após as substituições efetuadas, verificou-se a ausência de Ruben Miguel Couceira de Oliveira e de Ana Isabel Pinto Pereira
- No dia 29 de setembro de 2025, após as substituições efetuadas, verificou-se a ausência de Ana Isabel Pinto Pereira

No dia 26 de setembro de 2025, estiveram presentes os seguintes Membros do Executivo Camarário:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino e os Srs. Vereadores Luís Manuel Miranda Amieiro, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Vivina Maria Semedo Nunes, António Carlos Pedrosa Pereira, Pedro Miguel Dias Pinhal, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedaço e Sandra Isabel Casaca de Castro.

No dia 29 de setembro de 2025, estiveram presentes os seguintes Membros do Executivo Camarário:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino e os Srs. Vereadores Vivina Maria Semedo Nunes, António Carlos Pedrosa Pereira, Pedro Miguel Dias Pinhal, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedaço e Sandra Isabel Casaca de Castro.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Manuel Rodrigues

“Eu, aos 18 anos, saí desta terra, demiti-me do Partido Comunista, mandei uma carta muito bonita ao Álvaro Cunhal, e passado 46 anos, vim aqui à Assembleia Municipal, e hoje venho aqui numa tentativa de reconciliação e de pedir desculpas, dado que é a última Assembleia Municipal deste regime que nos assolou nestes 4 anos. O que eu vim aqui pedir foi mais cultura, mais conservatórios de música, e uma distinção para António do Carmo, o nosso primeiro matador de touros. Desde esse dia, comprei uma guerra com o Presidente da Câmara e com a Vice-Presidente. Neste período, que penso que foi um ano e meio, talvez, fui proibido de falar uma vez na defesa da honra, fui interrompido 2 vezes. Na última vez que fui interrompido, porque disse uma coisa talvez errada, e ao contrário das regras, que o Presidente só deve falar no final para responder às pessoas, o Presidente interrompeu-me, eh pá, e corre aí nas redes sociais que eu fui malcriado porque mandei calar o Presidente.”

Neste momento, um cidadão que estava presente na sala sem a devida permissão, interrompeu a intervenção e disse “É pá está calado. Tu és mal educado com toda a gente. Cala-te. Vai-te embora pá. Tu não és eleitos na Moita.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Calma, calma, calma. Eu peço a favor que haja urbanização. Peço o favor de manterem a calma e respeitarem.”

Sr. Manuel Rodrigues

“Este senhor anda-me a ameaçar há um mês. Vamos seguir. Eu estou a sofrer ameaças deste indivíduo há um mês, ameaças gravíssimas.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Neste momento, dirigindo-se a um elemento do público que se manifestava sem direito à palavra, disse: “Senhor Paulo Caetano, faça favor....”

Sr. Manuel Rodrigues

“Eh pá, hoje é o dia da reconciliação, porque eu estou aqui para isso.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Então faz favor”

Sr. Manuel Rodrigues

“Eu, na última vez, fui interrompido, não devia, o Presidente da Câmara, isto se houvesse um VAR voltava aquilo para trás e a dizer que o homem não podia interromper-me, só tinha que falar no fim dos comentários. Interrompeu-me e tirou-me a palavra, e circula aí que eu mandei calar o Presidente da Câmara, mandei calar porque houve aqui uma incorreção.”

Portanto, o meu humor e o meu sentido de justiça tem vindo a incomodar muita gente, tenho um processo em tribunal movido pelo Presidente da Câmara, que está suspenso, tenho um movido pelo filho da corredora do atletismo, amiga do Américo Tomás, e tenho outro que ainda não sei o que é. É pá, tive uma tentativa de agressão, hoje tive esta ofensa que vocês estão a ver, tenho permanentes perfis falsos a incomodar-me. Eh pá, chega pá. Eu sofri muito em jovem, tenho 65 anos, fui uma pessoa que fiz o meu trabalho, toda a gente pode ver o que é que eu fiz profissionalmente. É pá, e estou farto de ser maltratado na minha terra. Peço desculpa de ter vindo aqui pedir mais cultura, mais música. O mais grave disto tudo....”

Neste momento, perante manifestações de elementos do público a questionar se o cidadão podia estar presente na sala a incomodar, disse: Vamos ter calma, é a última sessão...”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Vá lá. Vamos lá continuar. Vai continuar.” Dirigindo-se ao senhor Paulo Caetano que continuava a interferir disse: “Oíça, agora não é a sua vez de falar, o senhor está a fazer o mesmo. está a interromper isto tudo. Oíça, ou o senhor se cala ou tenho que mandá-lo sair. Então faça favor de sair. Já saiu? Já saiu? Não. É que ele já saiu e o senhor continua a falar.”

Sr. Manuel Rodrigues

“Eh pá por favor. Por favor. Bem, na continuação, o mais grave do que eu tenho passado com os perfis falsos, que foi uma coisa que veio para a Moita desde que esta gestão ganhou as eleições à conta dos perfis falsos, vocês não sonham o que é que se passa com os perfis falsos em relação à minha pessoa. Eh pá, o mais grave disto tudo, e o que está a gerar tudo isto, é que temos uma pessoa na Moita que está a agitar tudo. Numa última sessão, acabou por dizer que eu precisava do apoio da família, e toda a gente entendeu que era dizer que eu precisava de um apoio psiquiátrico, que eu tenho um filho psiquiatra de que me orgulho imenso. E depois, outra pessoa vem aqui dizer que eu trato mal os funcionários da Câmara. Os únicos funcionários que eu tratei mal na Câmara é uma senhora chamada Anabela Franqueira e uma senhora chamada Sandra Nunes, uma conhecida pela bruxa. O que é certo é que as pessoas que eu critiquei já foram para a rua, portanto, eu tinha razão em criticar as pessoas, porque o tempo dá-me sempre razão, ok?”

Mas, neste período que eu quero vir aqui, é só dizer que já passou, passou um ano e meio, fui muito agressivo, incomodei muita gente. Eu sei que incomoda muita gente. Foi esse o objetivo que eu tive que responder às ofensas que fui tendo. Eu só quero dizer que, neste ano e meio de participação cívica e cultural nesta terra, eu realizei o concerto do Fanhais no Montepio, que foi o momento mais alto das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Senhor Manuel, desculpe lá, eu deixo-o falar, mas a sua vida particular não é para aqui chamado. O senhor tem que trazer assuntos que digam interesse ao município, à Câmara ou à Assembleia Municipal. Peço desculpa.”

Sr. Manuel Rodrigues

“Tem razão. Em relação à Câmara, eu ajudei a realizar o concerto de homenagem a Carlos Paredes no 25 de Abril, que muito me honro em ter ajudado, e fiz um torneio de xadrez, já que a Câmara não quis receber a mesa que eu quis oferecer. Fiz um torneio xadrez com 8 mestres do xadrez de Setúbal na festa da Moita.

Eh pá, e por fim, o que eu vim cá fazer foi pedir mais cultura e mais apoio para a música. Eu apoiei nestes 2 anos a banda do Rosário e a banda da Moita. O que aconteceu na festa da Moita em relação às duas bandas, e o que está a circular em relação ao que aconteceu nas duas bandas, é o espelho do que se fez aqui. Dividiu-se as pessoas para reinar, e a banda do Rosário fez um comunicado ontem sobre o sucedido. Eu tenho vídeos e vídeos sobre o sucedido. Pediram-me para não mostrar, não mostrei, mas eu, para mostrar a pessoa que sou, a banda do Rosário vai desfilhar no dia 1 de dezembro na Avenida da Liberdade, no desfile das bandas, porque eu pertença à Confederação da Música Portuguesa.

E, o que eu vou fazer a partir de hoje, ainda não falei com a banda do Rosário sobre isto, eles podem não estar de acordo, eu vou pedir que no dia 1 de Dezembro, as duas bandas da nossa terra desfilem na Avenida da Liberdade. Que a banda do Rosário convide músicos da banda da Moita para desfilhar na Avenida da Liberdade, e a maior alegria que eu vou ter é todos os nossos jovens filarmónicos a desfilhar na Avenida da Liberdade no dia 1 de Dezembro, e não é todos em guerra, é todos juntos temos que

fazer pela nossa Moita. A Moita merece que nós sejamos todos amigos, que lutemos pela Moita e que não marginalizem quem mais gosta desta terra. E, como disseram muitas pessoas quando eu passei na Tarde do Fogareiro, porque eu descí a Avenida perante ameaças não sei de quê, não sei que mais, portanto, o que as pessoas me confidenciavam era só uma coisa, a Moita é nossa.”

Sr. Paulo Caetano

Intervieio em conformidade com a transcrição infra:

«Eu quero começar por dizer que isto que se passou aqui hoje é uma autêntica vergonha. Eu já tenho medo de andar na rua na Moita, e não sou só eu. E isto tem um nome e toda a gente sabe qual é o nome disto. Isto é as guerras que eu nunca vi. Eu nasci aqui, dia 17 faço 58 anos, se Deus quiser, nasci aqui e nunca vi isto na Moita, isto é uma vergonha. Vêm para aqui intimidar as pessoas, eu sou vítima de ataques nas redes sociais, disto daquilo e que sou assim, que sou assim, que eu não tenho nada que fazer. Já disse a um são indivíduo “é pá, arranje-me lá trabalho porque eu não tenho nada que fazer. Tenho duas empresas minhas, mas não tenho nada que fazer. Arranje-me lá trabalho porque eu vivo dos rendimentos mínimos”. “Não tem nada que fazer que ir todos dias para as reuniões de Câmara”, mas isto é ou não é um direito nosso estarmos aqui.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Desculpe, mas o que é que isso interessa para aqui agora?”

Sr. Paulo Caetano

“Ó senhor Presidente, e acha que isto que aqui foi feito interessa?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Já tomámos a atitude devida.”

Sr. Paulo Caetano

“Bem, vou começar então a minha intervenção. Eu agora também me falta o ar como algumas pessoas que vêm para aqui respirar fundo. Começar não por perguntar quando é que o senhor Presidente, o Presidente da Câmara, não é senhor porque que ele não me trata por senhor e eu também não tenho que o tratar por senhor, trato-o por Presidente por respeito à instituição que é a Câmara Municipal da Moita, portanto, o Presidente Carlos Albino. Não lhe vou perguntar quando é que vai alcatroar a rua das Andorinhas, que já sabemos que não vai, venho-lhe perguntar porque é que não vai. Também já na última reunião do mês passado, não foi nesta agora deste mês, respondi logo e disse porquê, porque a Câmara está falida, não tem dinheiro. Eu, em conversa com um empreiteiro de obras públicas – escusa de se estar a rir para mim que eu tenho outros gostos - disse-me que...”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu agradeço que não entre nesse tipo de diálogos.”

Sr. Paulo Caetano

«Peça ao Presidente da Câmara também para não me estar ali a provocar se fizer favor, acho que também mereço esse respeito.

Portanto, o empreiteiro de obras públicas disse-me “senhor Paulo Caetano, se o senhor se responsabilizar pelo pagamento do alcatroamento da rua das Andorinhas, agente começamos já a trabalhar nisso. À Câmara da Moita nem sequer damos orçamentos, a Câmara está falida e não pagam, portanto, sem dinheirinho não há palhaço.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Desculpe, é o senhor que afirma isso?”

Sr. Paulo Caetano

“Não, houve alguém que me disse. Eu disse que um empreiteiro de obras públicas...”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Desculpe. É o senhor que está a afirmar isso?”

Sr. Paulo Caetano

“Qual é o motivo da sua pergunta? Desculpe lá, não estou a perceber. Eu sou responsável por aquilo que digo e o senhor está-me a inquirir porquê?” Isto não é um tribunal pois não senhor.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Não. Estou a perguntar.”

Sr. Paulo Caetano

“Então, eu sou livre de dizer aquilo que quiser. Se as pessoas se sentirem melindradas, ou lesadas, naquilo que eu digo, o Tribunal, o senhor Presidente até gosta tanto de meter pessoas em Tribunal, funcionários da Câmara e tudo, e depois diz que é mentira, portanto, pode pôr. Vai-me ocupar o meu tempo a inquirir-me?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“O que nós temos é que respeitar as pessoas.”

Sr. Paulo Caetano

“Então eu vou repetir. Um empreiteiro de obras públicas disse-me que não trabalhava, nem sequer dava orçamentos à Câmara da Moita. Disse-me a mim. Pronto. Portanto, é assim, eu no passado mês também perguntei, disse ao senhor Presidente... Engano-me sempre, é o hábito da boa educação. Disse ao Presidente que havia duas árvores na rua das Andorinhas, a seguir àquelas duas casas geminadas que estão ali na curva, que estão a ocupar mais de metade da via, continuam lá, o Presidente nem sequer respondeu, como não me responde nunca, e faz muito bem, é um direito dele. Continuam lá as árvores no estado em que está. A rua das Andorinhas e as outras todas estão um caos, aluga-se niveladoras para ir fazer serviços como a praça pública do Rosário para um privado e não se passa com a máquina nas ruas. Isto é uma vergonha e toda a oposição lamento que não fale nisto.

Agora, só para terminar, também queria fazer aqui as pazes, uma vez que é a última, pelo menos deste mandato, deste regime que aqui está. Tenho pena de não me dar bem com o Presidente da Câmara da Moita por uma razão muito simples. Tenho duas empresas de construção e era benéfico para três partes, para a Câmara da Moita, para mim e para o Presidente da Câmara. Vou explicar. 10800 euros para restaurar uma sala de apoio às vítimas da PSP da Moita, eu fazia aquilo por metade do preço, 5400 euros, a Câmara poupava muito dinheiro, o Presidente ficava bem visto porque tinha poupado dinheiro para a Câmara, e eu ficava rico em pouco tempo se houvesse muitas salas para remodelar, portanto, era bom para todos, era bom para as 3 partes. Se o Presidente Carlos Albino ganhar as próximas eleições, eu faço questão de fazer as pazes consigo para ver se conseguimos aqui, através das minhas empresas, fazer um negócio destes, que é bom para todos. Presidente Carlos está-se a rir? Está a ver como eu gosto de fazer as pessoas felizes? É um espetáculo. O Presidente fica feliz, até pode ganhar as eleições porque faz bons negócios pela Câmara, eu faço aquilo por metade do preço e a Câmara ganha uma pipa de massa e eu fico rico em pouco tempo.”

Sr. Eduardo Rocha

“A razão que me traz aqui é na esperança que esta equipa que está a dirigir a Câmara, que seja o último mandato que faça, porque aquilo que eu desejo é que aquelas pessoas que fazem parte deste executivo que tenham necessidades de vir a ter cadeiras de rodas, para poderem pedir lugares de deficientes e que depois venha a festa da Moita, e que este executivo roubou cinco lugares de deficiente, sendo um deles o da minha mãe, identificado. Roubou cinco lugares de eficiente durante esta festa da Moita. Já o fez o ano passado. Voltou novamente este ano a fazer, sem dar uma alternativa para que os deficientes pudessem estacionar, uns por direito próprio e outros até porque se quisessem ir à festa. Portanto, aquilo que eu desejo é que estas pessoas que tomaram esta atitude que venham a necessitar de lugares deficiente. Eu não sou...”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Desculpe lá. O senhor está a ultrapassar, o senhor está a ofender pessoas.”

Sr. Eduardo Rocha

“Estou, estou. Estou senhor Presidente porque eu senti-me ofendido porque roubaram o lugar de deficiente da minha mãe.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“O senhor não vem para aqui ofender ninguém que eu não permito. Faça favor, termine.”

Sr. Eduardo Rocha

“Não estou a ofender ninguém.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Faça favor, termine.”

Sr. Eduardo Rocha

“Eu estou é a desejar que venham a necessitar de cadeiras de rodas.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Podem cortar o tempo.”

Sr. João Henriques

«Infelizmente, a pessoa não está cá, e como não está cá deixou-me um papel escrito para eu ler em todas as partes deste concelho da Moita.

“É uma grande falta de respeito, e muito triste de ser estes espetáculos em todas as reuniões de câmara e assembleias municipais. E por estes espetáculos se veem esses munícipes que vêm às reuniões para questionarem e tentar resolver alguns problemas para bem do município e do Concelho e de todos os munícipes. Vêm às reuniões para gozarem com quem trabalha. Fazem perder tempo a quem realmente quer melhorar o concelho e desrespeitam os mesmos. Há quem ainda venha gozar para as redes sociais com estes espetáculos. É muito triste e preocupante assistir sessões atrás de sessões, e reuniões atrás de reuniões, e assembleias atrás de assembleias, repetições e o comportamento abusivo e também desrespeitoso por parte do público dos mesmos que já são conhecidos de todos. A irresponsabilidade e falta de respeito pelas instituições que são (inaudível).”»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu peço às pessoas que tenham um bocadinho de urbanidade e que respeitem. A nossa liberdade termina quando condiciona a liberdade dos outros. O público sabe que por lei está impedido de se manifestar, portanto, manifestações não é aqui. Temos que respeitar quem aqui está. Agora estamos nós, amanhã estão outros, mas temos que nos respeitar. É só isso que peço.”

Em seguida, perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões colocadas.

Neste momento, perante manifestação por parte de elemento do público (sem recurso a microfone), disse: “Senhor Paulo Caetano, desculpe lá. Oiça, o senhor se não se sente bem vá lá para fora. Ou comporta-se como deve ser ou temos que parar isto e o senhor tem que sair. O senhor está a querer acusar alguém de alguma coisa? Quer se calar ou vamos interromper isto para o senhor sair?”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Há aqui um conjunto de pessoas que não vêm fazer qualquer tipo de perguntas à Câmara Municipal, vem sim fazer um conjunto de afirmações. Só dar nota do seguinte.

Há uma intervenção que nem sequer me merece qualquer tipo de consideração, tanto pelas inverdades como, e as pessoas avaliarão, pelo comportamento, e não tenho nada a dizer relativamente a isso.

Relativamente à segunda intervenção, a única coisa que eu anotei que é depois da inverdade de ter dito que os empreiteiros não querem trabalhar com a Câmara porque está falida, o que é falso, trabalhamos com muitos empreiteiros e muitos bons empreiteiros., e não temos qualquer tipo de

problema de tesouraria. Para que fique claro, não temos qualquer problema de tesouraria e fazemos os pagamentos quando têm que ser feitos. E depois, dou nota que na mesma intervenção acaba a dizer que quer trabalhar para a Câmara Municipal. É sinal que afinal...”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Dirigindo-se ao elemento do público Paulo Caetano por estar a interromper a intervenção do Presidente da Câmara Municipal, disse: “Só um bocadinho senhor Presidente. Senhor Paulo Caetano assim não. Quando o senhor estava a falar o senhor Presidente não interrompeu.”

Senhor Paulo Caetano (sem recurso ao microfone)

“Mas interrompeu-me o senhor.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Interrompi quando achei que devia ter interrompido. Ainda sou eu que dirijo os trabalhos e estou aqui porque o povo votou assim. Se o senhor volta a interromper eu interrompo a sessão, e ou senhor sai ou eu chamo mesmo as autoridades para forçarem o senhor a sair. Está na lei isso. Continue senhor Presidente.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Lamentar, uma vez mais, este comportamento que se tem assistido, as pessoas são sempre as mesmas.

Relativamente aos lugares para pessoas com mobilidade reduzida dizer que não é verdade aquilo que aqui foi dito. Por norma, nas festas, temos equipas próprias, até investimos, e muito, na segurança para que todos possam, em caso de socorro, o socorro devido, o que é certo é que a circulação fica condicionada para todos fruto das festas. Não é assim agora, sempre foi assim. Nessas alturas, aqueles que têm a carta de condução, que muitas das vezes nem sequer são as pessoas que precisam desses cuidados, são outras pessoas, terão que levar com a incomodidade de não poder utilizar a sua viatura à porta de casa, mas é compreensível.

Dito isto, nada mais tenho a acrescentar. Uma e outra vez, vejo que sou interrompido. Não há condições para continuar. Lamento.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Neste momento, perante manifestação por parte de elemento do público (sem recurso a microfone), disse:

“O senhor Rocha quer sair ou quer estar calado? Oiça, faça favor de sair. Faça favor de sair. Faça favor de sair. Faça favor de sair. Faça favor de sair. Faça favor de sair. Faça favor de sair. Faça favor de sair. Faça favor de sair.”

As pessoas podem não gostar de quem está à frente seja daquilo que for, mas as pessoas estão nos lugares e todos os deputados e todos os vereadores, o Presidente da Câmara e todas estas pessoas, e a Mesa e tudo, foram todos pelo voto do povo eleitos democraticamente. No dia 12 de outubro, as pessoas têm a oportunidade de mudar, se quiserem mudar, ou não. Portanto, o povo é quem mais ordena e não se pode permitir que pessoas que venham pela desordem, sem serem eleitos por ninguém, querer à força ter razão nos assuntos. Não é assim que a democracia lá vai. Isso faz-me lembrar outras que estão a aparecer agora. Senhor Presidente, se faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Como lhe tinha dito, não tenho mais nada a acrescentar àquilo que disse.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“Agradeço todos os contributos na participação do público, que ajuda sempre a construir uma melhor democracia, mas hoje quero enaltecer aquilo que já tenho vindo a referir durante estes 4 anos, que é

necessária a presença das autoridades nestas reuniões para dirimir certo tipo de situações que não abonam à democracia. Este período serve, segundo sei, para ajudar à evolução do nosso município. Ora, o que se verifica em algumas delas, durante estes quatro anos, é um total desrespeito pela democracia.”

Deputada Fernanda Gaspar do Grupo Municipal da CDU

“Relativamente ao período que ocorreu do público, nós, na CDU, queremos valorizar a disponibilidade das pessoas residentes no nosso concelho, ou mesmo que não fossem residentes, de virem assistir de viva voz a uma reunião da Assembleia Municipal e, sobretudo, também pelas questões que, ao longo de todo este mandato, muita gente aqui esteve presente a colocar os seus problemas. Não é obrigatório que sejam feitas perguntas, podem ser feitas apreciações também por parte do público relativamente ao desempenho que cada um dos órgãos, e neste caso a Assembleia Municipal, está a efetuar. E nós, na CDU, independentemente da forma mais agressiva, menos agressiva, com mais urbanidade, menos urbanidade, nós tomamos nota de todas as questões que aqui foram colocadas. Não nos revemos nesta forma também, porque há uma responsabilidade acrescida por quem faz parte da Mesa da Assembleia Municipal, e não nos revemos em deixar passar algumas situações como hoje ocorreram, sem de imediato tomar medidas, porque aquilo que ficou visível era como se estivesse a fazer pressão, não deixando um outro munícipe colocar aqui as questões.

Por fim, queria dizer também, e em nome de toda a CDU, eleitos ou não eleitos, a todos há a responsabilidade da urbanidade. Sermos eleitos ainda nos obriga a ser mais urbanos nas questões, como colocamos, e não pode servir também como desculpa, muitas vezes, a forma como se responde também leva a que haja um agudizar da tensão, e isso foi visto ao longo deste mandato. Lamento profundamente que tenha acontecido aquilo que aconteceu aqui, mas não é só de um lado que há responsabilidade.”

Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS

«Senhor Presidente, eu sinceramente nunca vi assembleias como esta Assembleia Municipal, não por culpa nossa, mas sim de quem vem intervir. Portanto, não vem fazer perguntas ao executivo, vem apenas ofender o executivo, vem contar a vida desde criança. Eu nunca assisti a isto em assembleias. Isto é uma autêntica falta de respeito por quem foi eleito democraticamente. Se estão aqui, quem está aqui, foi eleito democraticamente. Todas as forças políticas foram eleitas democraticamente e, sinceramente, eu não admito que isso aconteça, o que se passou neste momento aqui. Mas não é só nesta Assembleia, tem sido sistematicamente ataques, ataques, ataques. Não é perguntas ao executivo. Eu sempre assisti a assembleias. sempre fiz parte de assembleias em que havia perguntas ao executivo.

“Senhor Presidente, não se fez isto porquê? E aquilo não se fez porquê?” Aqui não, não há perguntas. Aqui não vêm fazer perguntas e nós não podemos deixar passar isto. Nós fomos eleitos, ninguém nos colocou aqui. “Vai para ali porque fazes lá falta.” Não. Nós somos eleitos por uma população e temos que respeitar essa população, e quando não nos respeitam a nós não estão a respeitar a população. Isso é que é o importante. Agora estamos aqui com pezinhos de lã com gente dessa? Sinceramente. Apenas aqueles que cá vêm nesse campo. Agora, para aqueles que vêm fazer perguntas, alguns têm vindo fazer perguntas, mas é raro aparecer quem vem fazer perguntas, porque sistematicamente tem acontecido sempre o mesmo.

Era isto senhor Presidente e custa-me imenso, imenso, na última Assembleia Municipal, continuar-se a assistir a estas coisas, que faz lembrar outros tempos, que, por outro lado, tentam aproximar novamente o antigo, mas isso não vai passar com certeza.»

Deputada Carmen Mafra do Grupo Municipal do BE

“Eu nem sequer me vou pronunciar sobre aquilo a que assisti aqui hoje, de tal forma fiquei entristecida. A minha intervenção é, tal como o senhor Presidente deve estar recordado, visto que telefonicamente assim foi aquilo que foi falado entre nós, foi referir-me à situação que está a ocorrer na CPCJ neste momento, e que eu considero extremamente grave e que tem a ver com a nossa Assembleia Municipal. Ou seja, a Assembleia Municipal tem que designar quatro cidadãos idóneos para fazerem parte...”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu peço imensa desculpa por também ter que ser desagradável, mas isso não é do período público, isso é depois para o período antes da ordem do dia. Peço desculpa.

Deputada Carmen Mafra do Grupo Municipal do BE

“Peço desculpa e, nesse caso, prescindindo do resto da Intervenção.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção deu por concluído o período de intervenção do público.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que deram entrada na Mesa da Assembleia os seguintes documentos para discussão, apreciação e votação:

- 2.1 - Moção “Pacote Trabalho XXI do governo AD”, apresentada pelo Grupo Municipal do BE;
- 2.2 - Moção «Por uma alteração e adequação do denominado “Licenciamento Zero”», apresentada pelo Deputado Municipal Independente Bruno Mendes;
- 2.3 - Moção “Contra o Encerramento das Urgências de Obstetrícia no Centro Hospitalar Barreiro-Montijo”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do BE para proceder à apresentação do documento 2.1.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

«Pacote Trabalho XXI do governo AD

Os trabalhadores portugueses são confrontados neste momento com um pacote anti laboral a que o governo da direita chama eufemisticamente de trabalho XXI.

O Governo, justifica esta proposta com o intuito de “flexibilizar regimes laborais que são muito rígidos”, visando “aumentar a competitividade da economia e promover a produtividade das empresas”. Contudo, conforme alerta a UGT, “flexibilizar” não é sinónimo de “modernizar” e a CGTP afirma que esta é a “mesma e estafada tese que é aplicada há mais de 20 anos”.

Num momento em que a economia cresce, o desemprego está historicamente baixo e há uma notória falta de mão-de-obra, as prioridades deveriam centrar-se na valorização salarial, na habitação digna e na formação e requalificação profissional, preparando o futuro, razão pela qual esta é uma discussão escusada e fora de tempo.

Por isso, a Assembleia Municipal da Moita reunida e 26 de Setembro de 2025 considera que os pontos mais preocupantes, que ilustram o desequilíbrio que a proposta pretende gerar são:

- **DESREGULAÇÃO DOS HORÁRIOS DE TRABALHO E PRECARIZAÇÃO:** O regresso do “banco de horas individual” é um claro exemplo de retrocesso, **coagindo o trabalhador a trabalhar fora do seu horário normal contra a sua vontade, em detrimento da sua vida pessoal e familiar.**
- De igual modo, o agravamento do regime dos **contratos a termo**, com o aumento dos prazos (de 2 para 3 anos no termo certo, e de 4 para 5 anos no termo incerto) e a possibilidade de contratar a termo quem nunca teve um contrato por tempo indeterminado, é uma medida que **fomentará a precariedade e dificultará a transição para contratos sem termo.**
- **ATAQUE AOS DIREITOS E REDUÇÃO DO CUSTO DO TRABALHO:** A eliminação da proibição de **recurso ao outsourcing nos 12 meses após despedimentos coletivos**, que o Tribunal Constitucional já considerou um forte indício de que o despedimento visava reduzir custos, é uma porta aberta para que empresas possam **despedir trabalhadores efetivos** (que a CIP já veio pedir para serem ainda mais facilitados) **para, de seguida, contratar serviços externos mais baratos, sem uma real reestruturação.**
- Outro ponto de preocupação é a revogação da proibição de **renúncia aos créditos laborais**, que retirava proteção aos valores devidos aos trabalhadores, e a imposição de uma **caução para**

pedir a reintegração em caso de despedimento ilícito, que na prática visa **dificultar o direito do trabalhador a manter o seu posto de trabalho**, substituindo-o por uma indemnização.

- **LIMITAÇÃO DO DIREITO À GREVE E LIBERDADE SINDICAL:** A intenção de **alargar os serviços mínimos** a setores como o abastecimento alimentar e a segurança privada, e de **fixar percentagens prévias**, constitui uma limitação clara a um direito fundamental. A greve é um último recurso, e a sua fixação deve ser caso a caso, em função das necessidades, e não através de percentagens generalizadas que desvirtuam o seu propósito. As limitações ao **direito de reunião e de afixação de informação sindical em empresas sem trabalhadores sindicalizados** representam um ataque direto à liberdade sindical e à capacidade de intervenção coletiva dos trabalhadores.
- **QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO:** A redução para metade das **horas de formação obrigatórias nas microempresas** (de 40 para 20 horas anuais) é uma medida que **penaliza a qualificação e o desenvolvimento profissional** dos trabalhadores em pequenas empresas, essenciais para a sua progressão e adaptabilidade no mercado de trabalho.
- **DESVALORIZAÇÃO SALARIAL:** A previsão legal do pagamento dos **subsídios de férias e Natal em duodécimos**, embora dependente da “vontade expressa do trabalhador”, contribui para a **perpetuação de baixos salários** ao fragmentar estes rendimentos, tornando-os menos visíveis e influenciando uma diferente perceção no planeamento financeiro das famílias.

A Assembleia Municipal da Moita, hoje reunida, afirma que, estas medidas no seu conjunto, só poderão resultar em mais individualização das relações laborais, mais precariedade e mais poder para o patronato, sem que se tenha alguma garantia de resultados positivos para a economia.

Os direitos de quem trabalha são conquistas de décadas, não podem ser sacrificados em nome de uma flexibilidade, de ainda mais precariedade e da redução de custos laborais à custa de quem trabalha.

A Assembleia Municipal da Moita, afirma que **há que olhar o progresso nas relações laborais com propostas positivas**, como:

A redução da jornada de trabalho, a reposição dos regimes pré-Troika em matéria de férias e compensações por despedimento, o aumento dos salários reais e das pensões, a qualificação e reciclagem dos trabalhadores para as novas competências necessárias, uma verdadeira promoção da negociação coletiva, o controlo dos algoritmos, a promoção da democracia nas empresas e serviços, com a participação dos trabalhadores, ou o desenvolvimento do regime da semana de 4 dias.

A Assembleia Municipal da Moita, em defesa do emprego digno, dos salários justos e da valorização dos trabalhadores solidariza-se com as centrais sindicais na rejeição deste anteprojeto, e apela aos trabalhadores do país e em especial do concelho que participem em todas as ações convocadas a nível nacional e local para derrotar estas propostas de regresso ao passado.

Moita 26 de Setembro de 2025

Os eleitos pelo Bloco de Esquerda

Se aprovada, esta moção deve ser enviada aos Órgãos de comunicação social distritais, nacionais, partidos representados na Assembleia da República e centrais sindicais.»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a saudação à discussão intervieram:

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

«Nós estamos, na íntegra, de acordo com esta proposta de moção. Queria apenas pedir ao proponente, percebendo a intenção com que é aplicado aqui determinado termo, penso que não cai bem e sugeria a sua substituição. Aqui no último parágrafo, quando se fala “a qualificação e reciclagem dos trabalhadores” eu pedia, por favor, que alterasse o termo “reciclagem” por “valorização dos trabalhadores”. Eu percebo a intenção com que o termo é aqui colocado, a intenção é bondosa, nós, volto a dizer, revemo-nos no texto desta moção, mas apelava, de facto, a que fosse alterado este adjetivo.»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perante a concordância manifestada pelo proponente, e por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria** com vinte e sete votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE; duas abstenções, sendo uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Deputado Municipal Independente Bruno Mendes para proceder à apresentação do documento 2.2.

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

«Moção

Por uma alteração e adequação do denominado “Licenciamento Zero”

Visa alterar o Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR), aplicável aos estabelecimentos de restauração e bebidas.

O Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que estabelece o RJACSR, consolidou a filosofia do denominado Licenciamento Zero, introduzido pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, no âmbito do programa Simplex.

O objetivo central deste regime foi a simplificação administrativa, promovendo a eliminação de licenças e autorizações prévias para diversas atividades económicas, substituindo-as por uma comunicação prévia eletrónica através do Balcão do Empreendedor.

Embora esta filosofia se tenha aplicado de forma transversal, incluindo ao setor da restauração e bebidas, com vista a fomentar o empreendedorismo e reduzir entraves burocráticos, a sua aplicação em zonas urbanas densamente habitadas tem produzido efeitos negativos, entre os quais se destacam:

- A abertura acelerada e desregulada de estabelecimentos em bairros residenciais, sem ponderação urbanística;
- O aumento de conflitos entre habitação e lazer, com degradação do direito ao descanso dos moradores;
- A pressão sobre o espaço público, com esplanadas e equipamentos instalados sem controlo prévio adequado;
- A dificuldade de fiscalização eficaz, dado o caráter a posteriori do regime;
- A ausência de mecanismos de consulta territorial, especialmente das Juntas de Freguesia, que conhecem melhor a realidade dos bairros.

Estes efeitos põem em causa a função habitacional de muitas zonas históricas e residenciais da nossa Vila, fragilizando a coesão social, o equilíbrio urbanístico e o bem-estar das comunidades locais.

Desde a entrada em vigor do regime, multiplicaram-se as notícias e denúncias sobre impactos negativos, nomeadamente a proliferação de bares e restaurantes em zonas residenciais, o aumento de queixas por ruído e ocupação abusiva do espaço público, bem como a exclusão das Juntas de Freguesia do processo de decisão.

Embora o Licenciamento Zero seja notoriamente útil em determinados contextos, nomeadamente económicos, carece, no entanto de adaptações urgentes quando aplicado a territórios residenciais consolidados. A exclusão das freguesias — que detêm conhecimento territorial, proximidade com cidadãos e comerciantes, e capacidade de mediação — viola o princípio da subsidiariedade, consagrado no artigo 6.º da Constituição da República Portuguesa e reafirmado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Torna-se, por isso, necessário reintegrar as Juntas de Freguesia no processo de avaliação da instalação de estabelecimentos de restauração e bebidas, através da exigência de parecer prévio obrigatório e

temporalmente limitado. Tal medida é constitucionalmente coerente, reforça a descentralização administrativa e garante decisões mais equilibradas e adaptadas à realidade local.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida em 26 de setembro de 2025, delibera:

1. **Instar o Governo da República** a proceder à alteração do Decreto-Lei n.º 10/2015, exclusivamente no que respeita aos estabelecimentos de restauração e bebidas, de forma que:
 - a. A abertura de novos estabelecimentos passe a depender de parecer prévio obrigatório da Câmara Municipal territorialmente competente, quanto à adequação da sua localização ao equilíbrio urbano, habitacional e social;
 - b. Esse parecer seja emitido no prazo máximo de 10 dias úteis, findo o qual se considera tacitamente favorável, salvaguardando o princípio da simplificação administrativa;
 - c. O processo de licenciamento pela Câmara Municipal inclua, obrigatoriamente, a emissão de parecer (expresso ou tácito) da Junta de Freguesia territorialmente abrangida, ainda que não vinculativo.
2. **Remeter a presente moção** ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro da Economia, ao Senhor Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, bem como, para conhecimento, à Assembleia da República e às Juntas de Freguesia do concelho da Moita.

Moita, 26/09/2025

Deputado Municipal Independente

Bruno Mendes»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria** com dezoito votos a favor, sendo catorze do PS, dois do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes; onze abstenções, sendo uma do PS, dez da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira

“Eu quero dizer que foi com todo o gosto que eu votei favoravelmente esta moção. Penso que o Deputado Independente Bruno Mendes foi excelente, teve um excelente raciocínio. É isto que é necessário, é a proximidade, é envolver as juntas de freguesia na gestão territorial que cabe a cada uma delas, e deixar aqui que estamos em fim de mandato, iremos ver o que vai acontecer a partir do próximo mês, mas eu devo-vos dizer uma coisa. que é com base no sentido desta moção que acho que este envolvimento das freguesias deve ser cada vez maior e mais abrangente, não só a estabelecimentos de restauração e bebidas, de *food&beverage*, mas também em relação ao comércio de retalho, à implementação de outros tipos de negócios, inclusive também da própria ocupação do espaço público por investimento público, seja ele ministerial, seja ele a nível do governo, seja ao nível da Câmara Municipal, e dou-lhe os meus parabéns por esta ideia.

É um bom princípio para podermos, no futuro, continuar a exigir mais envolvimento de quem faz realmente a política de proximidade, de quem está junto das populações, e que sabe melhor que ninguém quais os seus interesses e quais as suas ambições na área territorial onde tem responsabilidades.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Grupo Municipal do PS para proceder à apresentação do documento 2.3.

Deputado João Palma do Grupo Municipal do PS

“Moção

Contra o Encerramento das Urgências de Obstetrícia no Centro Hospitalar Barreiro-Montijo

A Assembleia Municipal da Moita, reunida em sessão ordinária, não pode deixar de se pronunciar sobre a recente decisão anunciada pelo Governo do PSD/CDS de concentrar todas as urgências de obstetrícia e ginecologia do distrito de Setúbal numa única unidade regional, sediada no Hospital Garcia de Orta, em Almada.

De acordo com a informação tornada pública pela Ministra da Saúde, esta decisão implica:

- O encerramento das urgências de obstetrícia e ginecologia no Centro Hospitalar Barreiro-Montijo;
- A manutenção das urgências no Hospital de Setúbal apenas em regime de contingência, recebendo apenas utentes referenciadas pelos CODU e pela Linha SNS24.

Ora, esta decisão é inaceitável e lesiva para os direitos das populações do distrito de Setúbal, pelas seguintes razões:

- O distrito de Setúbal é o terceiro mais populoso do país, com forte crescimento de jovens casais em idade fértil, pelo que qualquer solução deve reforçar e não reduzir as respostas de saúde materno-infantil.
- Estão previstos no nosso território grande investimentos nacionais, como a Terceira Travessia do Tejo e o Novo Aeroporto, que só vão acentuar o crescimento populacional e, conseqüentemente, a necessidade de mais infraestruturas de saúde.
- Dados recentes do INE indicam um aumento da taxa de mortalidade infantil na Península de Setúbal, o que torna ainda mais incompreensível a redução de serviços nesta área sensível.
- O território do distrito é extenso e diverso. Concelhos e freguesias, particularmente no Litoral Alentejano, ficarão a distâncias incomportáveis de Almada, pondo em causa o acesso em tempo útil a cuidados essenciais para grávidas e recém-nascidos.
- Esta decisão foi tomada à margem dos autarcas, que melhor conhecem a realidade local e poderiam esclarecer o Governo quanto às graves conseqüências desta opção.

A Assembleia Municipal da Moita delibera assim:

1. Expressar a sua firme oposição e repúdio à decisão do Governo PSD/CDS de encerrar as urgências de obstetrícia e ginecologia no Centro Hospitalar Barreiro-Montijo.
2. Exigir a manutenção e reforço dos serviços de urgência de obstetrícia e ginecologia atualmente em funcionamento, nomeadamente no Centro Hospitalar Barreiro-Montijo e no Hospital de Setúbal.
3. Defender o direito fundamental à saúde das populações do concelho da Moita e de todo o distrito de Setúbal, exigindo soluções que garantam proximidade, qualidade e equidade no acesso aos cuidados.
4. Remeter a presente moção à Ministra da Saúde, aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro.

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Moita
Moita, 29 de setembro de 2025”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Quero saudar o PS por esta moção porque, finalmente, nem que seja só de fachada, estão na luta pelo SNS, porque estiveram sempre os autarcas do PS à margem do SNS nos últimos anos. Estiveram à margem do SNS quando os nossos centros de saúde não tinham médicos, eles nunca quiseram porque o governo era do PS, estiveram sempre à margem do SNS e da defesa do SNS quando não reconhecem a comissão de utentes da saúde, por exemplo, da Baixa da Banheira, estiveram à margem do SNS quando, mais que uma vez, durante o governo do PS, tiveram as três urgências pediátricas, três

maternidades do distrito de Setúbal fechadas, estiveram à margem do SNS quando criaram as condições para que esta situação aconteça agora. O PSD apenas está a continuar aquilo que o PS fez. Isto é apenas uma continuidade da política do PS.

Portanto, nós saudamos esta moção, saudamos que estejam do lado do SNS, lamentamos é que seja apenas de fachada, e nós vamos votar a favor desta moção porque estamos sempre do lado do SNS, seja com quem esteja no governo.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro, no uso da palavra pelo Grupo Municipal do PS

“Eu queria só responder ao senhor Deputado João Figueiredo que isso não é verdade, há é formas das pessoas se conduzirem, através dos organismos legais, através da força. Se não estivéssemos ao lado do Serviço Nacional de Saúde ainda hoje não tinham o centro de saúde da Baixa da Banheira. Se não estivéssemos ao lado do Serviço Nacional de Saúde havia um conjunto de coisas que não estava. O senhor não pode afirmar que, por o governo ser PS, nós não fizemos bastante força, bastantes comunicações, bastantes reuniões com os órgãos do governo sobre isto. É perfeitamente injusto. Nós não temos, realmente, e a forma de atuar do PCP. Não, aí somos realmente muito diferentes, é um facto. Agora, é perfeitamente injusto que esteja a dizer isso. Enfim, eu compreendo, estamos em altura de eleições, dá jeito, agora se há centro de saúde da Baixa da Banheira, realmente, pode se dever ao PS, porque se fosse à CDU ainda hoje, se calhar, estava aqui lá tudo a cair.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Senhor Presidente, se fosse pela CDU o centro de saúde já estava feito há mais de 18 anos. Foram aquelas vezes que vocês votarem em PIDDAC contra a construção daquele centro de saúde, portanto, não me venha dizer que vocês defendem aquele centro de saúde. Aliás, ainda hoje não está no centro de saúde o nome daquele centro de saúde, que é Doutor Raul Coelho. Foi aqui aprovado que aquele centro de saúde seria Doutor Raul Coelho, é apenas um pormenor. Aquele centro de saúde está construído, mas falta-lhe meios humanos e falta-lhe meios materiais. Não tem as funções que lá devia ter, e que foram negociadas com a comissão de utentes, com as autarquias e com o Governo, porque nessa altura, os autarcas deste concelho reuniam, e eram recebidos por governos até do PS, veja bem, até do PS, para melhorar as condições de saúde da nossa população. Acontece que, só na altura em que um governo PS necessitou que um orçamento fosse aprovado com os votos da CDU no Parlamento é que aquele centro foi construído.

Mas deixe-me dar-lhe outro exemplo, nós nunca ouvimos o PS manifestar-se, nem baixinho, nem alto, nunca ouvimos manifestar-se quando fechou a cardiologia no hospital do Barreiro, e fechou na vossa altura, portanto, vocês são coniventes. Vocês, enquanto autarcas, são coniventes com o que se está a passar no hospital do Barreiro, e no governo então nem se fala.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro, no uso da palavra pelo Grupo Municipal do PS

“Nós, e volto a referir que não é como Presidente é como deputado pelo PS que agora falo, e que lhe agradeço que me responda nessa qualidade, que é um direito que também tenho, como compreenderá, e não há problema por aí, e queria lhe dizer quando foi a questão da cardiologia que nós tomamos posição perante o governo do Partido Socialista. Em relação a essa mentira, dita muitas vezes, que durante anos andaram a dizer, o PIDDAC não tinha só o centro de saúde da Baixa da Banheira, tinha obras do norte ao sul do país e ilhas, ou seja, nem trinta orçamentos de Estado chegavam para tudo o que o PCP reivindicava. Nós sabemos que o PCP quando está no poder, por acaso no governo não sabemos aqui, conhecemos é noutros países, e sabemos que as liberdades são muito mais restringidas e sabemos que as coisas não estão assim nesse nível.

Não se pode, num pacote, dizer que está lá uma coisa no meio, e a gente ao dizer que não se pode aceitar o pacote porque trinta orçamentos de Estado não davam para tudo o que o PCP reivindicava, porque reivindicar é fácil, difícil é realmente fazer, e isto tem vindo ao longo dos anos sistematicamente. É um facto que nós compreendemos essa questão, o centro de saúde da Baixa da Banheira estava no meio de muitas centenas de projetos que, na altura, totalizavam, recordo-me bem, tinta orçamentos de Estado. Como é que se pode votar a favor de uma coisa destas? Portanto, isto é a verdade e pode ser vista porque há documentação sobre isso. Nunca na Assembleia da República foi a votação o centro de saúde isoladamente. Quando foi, foi aprovado pelo Partido Socialista, e foi um ministro socialista que veio cá a Moita desbloquear e voltar a dar o dinheiro que era necessário para construir aquele centro de saúde, porque os senhores, então à frente da Câmara, o que fizeram foi o empreiteiro faliu, não tiveram habilidade para resolver o problema, e a Câmara Municipal não só não ia tendo o centro de saúde como ia ter que devolver quatrocentos e tal mil euros porque os senhores não foram capazes de realizar a obra. A memória, a nossa, não é curta. Tenho dito.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“A vossa memória não é curta, mas pode, de vez em quando, falhar como falha a qualquer um. Houve mais do que uma vez que foi especificamente o centro de saúde da Baixa da Banheira como moção para ser aprovado no Parlamento, e a proposta de resolução, em que os senhores não votaram a favor. Aliás, tanto lá como aqui diziam uma coisa “existem outras prioridades”. Há quem esteja aqui nesta Assembleia que dizia, no órgão eleito local, que existem outras prioridades e essas prioridades eram, por exemplo, construir um campo de futebol em localidades onde haviam 10, 20 habitantes, mas o centro de saúde da Baixa da Banheira para 30000 habitantes nunca foi uma prioridade. Eu lembro-me disto.

Mas depois há outras coisas. O senhor diz que nós deixámos o centro de saúde ficar parado porque o empreiteiro e nós não tivemos habilidade, vocês tiveram um ano com aquilo parado. Teve que vir cá o Ministro da Saúde apertar-vos as orelhas, apertar-vos as orelhas, a expressão é esta, para que vocês andassem com o processo, portanto, é isto, a vossa política é esta. São contra o desenvolvimento do nosso concelho quando não estão no poder, e foi sempre isto que fizeram.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro, no uso da palavra pelo Grupo Municipal do PS

“Vou falar outra vez como Deputado.”

Presidente da Câmara Municipal Carlos Albino

“Senhor Presidente, eu queria pedir a defesa da honra porque foi dito aqui que nos puxaram as orelhas.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu peço desculpa, senhor Presidente, mas a Câmara Municipal não tem intervenção no período antes da ordem do dia. Lamento, mas estamos cá nós para poder defender isso.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro, no uso da palavra pelo Grupo Municipal do PS

“O que posso dizer é que podem fazer o pino, acrobacias, aquilo que quiserem, mas foi com este executivo, foi com um governo PS e foi com a Câmara PS que o centro de saúde está lá e está a funcionar e chama-se Doutor Raul Coelho. Diz que não tem lá uma placa, mas posso-lhe dizer que eu próprio já pedi que pusessem lá a placa, não me compete a mim, mas há de ser posta. O que interessa é estar a funcionar e as pessoas, não é pela placa lá estar ou não, que não deixam de não ser servidas, e a qualidade em termos de saúde melhorou francamente e melhorou com o Partido Socialista. Lamento que não gostem, mas as verdades custam sempre mais.

E em relação a isso da Assembleia da República, é pena não virmos a ter outra sessão, porque eu gostaria que o senhor fizesse prova disso com um documento, a ata de onde é que isso foi votado na Assembleia da República isoladamente. É que não temos conhecimento de que isso tenha acontecido. Nunca um autarca daqui do Partido Socialista poderia dizer que o centro de saúde da Baixa da Banheira não era uma prioridade. Nunca.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Está em ata. Está em ata.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro, no uso da palavra pelo Grupo Municipal do PS

“Está em ata? Na sua ata.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Não, não. Na ata é de uma da autarquia, óbvio. Está na ata de uma autarquia deste concelho.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro, no uso da palavra pelo Grupo Municipal do PS

“Pois, termina em ata, mas é mais lata do que outra coisa.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Senhor Presidente. Isso está em ata, é só ir ler.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro, no uso da palavra pelo Grupo Municipal do PS

“Pois. Se é só ir ler leia o senhor e apresente-me a prova quando quiser.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Está aqui presente quem pode apresentar já.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

“Nós já estamos habituados aqui nesta Assembleia a estarmos sempre a falar no passado, no passado, e votaram isto e votaram aquilo e votaram no outro. É importante a gente ir refletindo sobre aquilo que foi o passado, mas há outra coisa que é muito mais importante para os munícipes da Moita, acho eu, que são os factos e aquilo que é o futuro, e os factos são simples. O centro de saúde da Baixa da Banheira foi construído e aprovado por um governo do Partido Socialista. Foi o Partido Socialista na Câmara Municipal da Moita que concluiu a construção em mais de 70% do centro de saúde, porque era uma obra que estava abandonada, apesar de, numa reunião de Câmara, quando foi aprovada a consignação da obra, houve um alerta, na altura ao executivo da CDU, que havia dúvidas sobre aquele empreiteiro. E vocês, mesmo assim, quiseram avançar com aquele empreiteiro. E, neste caso, a culpa daquele centro de saúde estar em agosto, que era a data que devia estar terminado, com 30% feito foi culpa da CDU, por isso. Isto são factos, não vale a pena a gente estarmos a falar em 18 vezes de votação disto e daquilo e daqueloutro. Os factos são esses. O centro de saúde foi feito num governo do Partido Socialista e a obra foi concluída com a autarquia sob a governação do Partido Socialista. O resto é história.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“O que é história é mesmo as dezenas de anos que a população da Baixa da Banheira e do concelho da Moita esteve à espera que aquele centro de saúde fosse construído.”

Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS

“Falou-se aqui nas 18 vezes que o PS votou contra o novo centro de saúde. Eu devo dizer aos membros da CDU para ver se se organizam, porque há quem diga que foi 18 vezes, outros dizem que foi 14 vezes e há quem diga que foi 28 vezes, só que não apresentam provas disso. Apresentem as provas. E depois, aqui diz-se que o centro de saúde ainda não está acabado, ainda falta não sei que mais, portanto, não está acabado. O centro de saúde está, exatamente, como está a CDU. Está acabado. Tenho dito.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, perguntou se algum membro pretendia intervir neste Período.

Deputada Carmen Mafra do Grupo Municipal do BE

“Voltando àquilo que eu estava a referir-me ainda há pouco, esta Assembleia Municipal deve, em princípio, designar quatro elementos para participarem na CPCJ. Acontece que eu, neste caso, penso que sou a única pessoa que está designada pela Assembleia e que também faz parte dela. Os outros 3 elementos, uma delas foi reconduzida na anterior reunião que tivemos, portanto, que foi a Maria da Luz. Há um, dos quatro elementos, três têm sido assíduos e têm acompanhado os trabalhos da comissão alargada, mas há um elemento que está em falta desde a pandemia, elemento esse que foi pedido várias vezes para ser designado, o que nunca aconteceu até hoje. É fundamental que isso

aconteça. Porquê? Em oito anos que eu tenho estado na CPCJ não me recordo, senão no último mês, de não se ter podido realizar qualquer reunião da comissão alargada por falta de quórum. Não é que seja o único elemento que está em falta, não, existem outros, é um facto para não haver quórum, mas é mais uma achega para que isso aconteça.

E, não há necessidade, apesar de nós sabermos que os elementos foram designados, um de cada força política, não há necessidade de ser esse o critério. Basta aquilo que está na lei, e aquilo que a CPCJ pede, que sejam quatro elementos idóneos. Portanto, se o PSD, neste caso, concretamente, se a comissária Raquel Capucho, já desde a altura da pandemia, deixou de ir às reuniões da CPCJ, e nunca foi substituída até hoje, está o obstáculo a que o trabalho não seja feito da melhor forma. E quem é responsável por ter lá os quatro elementos não é aquela força política, é a Assembleia Municipal, portanto, há uma necessidade objetiva de, no próximo mandato, ser imediatamente designado um outro elemento para a Comissão, tanto mais que eu, por exemplo, na minha pessoa, vou atingir em março o final do tempo me é permitido pertencer àquele órgão, que são os nove anos, portanto, também terão que arranjar outro elemento, e não vamos chegar ao ponto de ter a Assembleia Municipal com dois únicos representantes.

Portanto, eu acho que era extremamente importante, para este vai ser impossível, no próximo mandato ficar já a saber-se que a Assembleia Municipal está em falta com a CPCJ da Moita. E disse.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu por acaso era para ter dito que a senhora Deputada eleita por esta Assembleia me tinha pedido para falar sobre isto em nome da CPCJ. Não era uma questão do Partido A, B ou C, portanto, o tempo não devia ter contado. Se o Bloco de Esquerda precisar, nós daremos mais algum tempo, porque realmente esta foi uma questão de interesse de todos.

Muito obrigado senhora Deputada por essa preocupação, é realmente uma preocupação, uma grande preocupação que devemos ter.”

Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

“No mandato anterior, graças à Assembleia Municipal, tive o prazer e o privilégio de conhecer o senhor João Henriques, uma pessoa que, à sua maneira tem trazido aqui vários assuntos de interesse local, sempre de uma forma séria, e muitas, algumas destas questões que ele tem trazido foram resolvidas em virtude da sua presença assídua estas sessões. Por isso, eu expressei aqui o meu pesar pelo falecimento da esposa, e dizer que espero que o senhor João Henriques continue a ser uma presença nas sessões da Assembleia Municipal.”

Declaração política do Grupo Municipal do PS proferida pelo Deputado Daniel Serpa

“No dia 26/09/2021, os cidadãos do concelho da Moita manifestaram, através do voto democrático, a vontade clara de mudança. Confiaram ao Partido Socialista a responsabilidade de liderar os destinos do Concelho e devolver-lhe a ambição, a seriedade e a visão estratégica que há muito haviam sido deixados para trás.

Iniciámos então um novo ciclo, um ciclo exigente, mas sobretudo transformador. Um ciclo de recuperação, requalificação e de construção de futuro. Um ciclo de governação orientado por princípios de responsabilidade, proximidade e compromisso para com as populações.

Aos estamos prestes a encerrar este mandato, podemos afirmar com convicção que o concelho da Moita está melhor, está mais sólido do ponto de vista democrático, mais coeso, com mais obra feita e que, efetivamente, fazem a diferença na qualidade da vida de quem cá vive e trabalha, com mais respostas sociais e uma visão de futuro já em marcha. Um mandato com obra, com visão, mas também com coragem.

Na Assembleia Municipal, ao longo do mandato, tivemos um órgão e um espaço de pluralidade, debate e escrutínio como deve ser. Aqui discutiram-se os grandes desafios do concelho, aprovaram-se os instrumentos estratégicos de governação e garantiu-se a legitimidade democrática das decisões. Foi neste mandato que, desde o primeiro momento, foram implementadas medidas mais dignificadoras do Órgão, foi dada a palavra a todos os partidos eleitos, pela primeira vez, na tomada de posse, foram realizadas as sessões solenes do 25 de Abril com a intervenção de todos os partidos, sem exceção, dignificando assim uma data histórica na nossa democracia. Implementou-se, pela primeira vez, a Assembleia Municipal Jovem da Moita, com a colaboração de 7 escolas do concelho, e alterou-se ainda o Regimento de forma a melhorar os trabalhos da Assembleia.

Mesmo na divergência, houve responsabilidade institucional, mesmo no confronto político, houve respeito pela vontade popular, e é isso que fortalece a democracia local. O equilíbrio entre governar com visão e prestar contas com transparência.

Nestes 4 anos, enfrentamos problemas estruturais que se arrastavam há décadas, mas fizemo-lo sem desculpas, com sentido de missão e com uma gestão pública orientada por resultados concretos, e conseguimos desbloquear projetos que outros deixaram a meio ou que nunca saíram do papel.

Na saúde, construímos o centro de saúde da Baixa da Banheira, um equipamento essencial que estava com a obra ao abandono.

Na juventude e desporto concluímos a construção das piscinas na freguesia da Moita, uma obra há muito reivindicada pelos munícipes, criámos espaços da prática desportiva e de lazer, como o skatepark na Baixa da Banheira, requalificamos campos de futebol e basquetebol, requalificamos todos os parques infantis do concelho e estamos a concluir o novo complexo desportivo de atletismo.

Na educação e apoio às famílias ampliamos as respostas das Atividades de Animação e Apoio à Família, a Componente de Apoio à Família e as Atividades de Enriquecimento Curricular. Asseguramos a entrega gratuita dos cadernos de atividades a todos os alunos do primeiro ciclo e melhorámos as condições das nossas escolas, promovendo igualdade de acesso e sucesso educativo.

Na área das infraestruturas de água e saneamento, enfrentámos de frente as ruturas históricas e sucessivas dos últimos anos, em zonas como a Vinha das Pedras, a Fonte da Prata e Sarilhos Pequenos, substituindo estas redes de águas críticas e modernizando os sistemas essenciais.

Na mobilidade e espaço público, requalificámos locais estruturantes como a ponte do Matão, o largo da Misericórdia de Alhos Vedros, o logradouro do Palheiro e o largo do Varino na Moita, reabilitámos por completo o Sítio das Marinhas no Gaio, devolvendo-o à comunidade como espaço de lazer, cultura e fruição ambiental.

No ambiente, avançámos com ecocentros móveis, recolha seletiva de óleos e biorresíduos, instalação das ilhas ecológicas e plantamos centenas de árvores. Fizemos do ambiente uma prioridade transversal.

Na segurança, reforçámos os meios dos bombeiros, da PSP e da GNR, e demos início ao processo de criação da polícia municipal e do novo quartel da GNR.

Na cultura e património, devolvemos dignidade ao moinho do Mercado, ao Fórum José Manuel Figueiredo e ao Sítio das Marinhas, reforçando a identidade e a memória coletiva do concelho.

No movimento associativo, apoiamos mais de 120 associações, reconhecendo o papel vital que estas desempenham na vida social, desportiva e cultural das nossas freguesias.

No plano económico, assumimos com clareza que o desenvolvimento da Moita exige uma estratégia ambiciosa de captação de investimento e valorização do território. Criámos condições para a instalação de empresas em áreas como a hotelaria, o comércio e a indústria não poluente, atividades que trarão emprego qualificado, aumento da receita municipal e maior prestígio ao concelho.

Esta visão integra-se também numa agenda firme de reivindicação junto do poder central, temos sido persistentes na exigência de melhores acessibilidades, a concretização do Nó da A33 na Moita, a integração do concelho nos acessos à futura travessia do Tejo e a implementação de um cais fluvial para transporte coletivo de passageiros para Lisboa. São bandeiras pelas quais continuaremos a lutar com este Governo ou com os que lhe sucederem, porque a Moita não pode continuar afastada das grandes redes de mobilidade e investimento nacional.

Este é o retrato de um mandato com obra feita, mas mais do que obra, este é o retrato de uma governação que soube escutar, planear e executar. Uma governação que recuperou a confiança da população e demonstrou que fazer acontecer não é apenas um lema, mas um compromisso honrado.

Vem agora um novo ciclo, com o futuro garantido. O trabalho que realizámos não termina aqui e ele abre caminho a uma nova etapa de investimentos e transformação, agora com apoios já assegurados no âmbito do PT2030, uma oportunidade histórica que não podemos desperdiçar.

Na educação vamos construir 2 novos pavilhões gimnodesportivos, uma na Escola Secundária da Baixa da Banheira e um na Escola Básica Fragata do Tejo.

Na valorização do espaço público, avançaremos com a requalificação no parque das Salinas, a construção dos passadiços do Gaio, a refuncionalização do Palacete dos Condes de Sampayo e o novo passadiço do Moinho. Está ainda prevista a requalificação da estrutura verde do parque José Afonso.

Em infraestruturas, substituiremos a rede de águas no Palheiro e repavimentaremos a rua da Paz, com criação de nova rotunda e melhorias de acessibilidade.

Na mobilidade sustentável, iremos criar novas ciclovias, ligando, por exemplo, o Rosário a Sarilhos Pequenos e a Escola Profissional da Moita à rotunda do Carvalhinho, e instalar escadas rolantes na passagem desnivelada da rua 1º de Maio, na Baixa da Banheira.

Na segurança, a construção do novo quartel da GNR e a aquisição de uma nova viatura para os bombeiros do concelho, e continuaremos o processo de avaliação da constituição da polícia municipal. Este mandato provou que é possível fazer diferente e melhor. Provou que é possível enfrentar o passado sem medo e projetar o futuro com ambição. Provou que a política, quando feita com seriedade e com sentido de missão, transforma realidades e melhora vidas.

Hoje, o concelho da Moita tem serviços públicos reforçados, espaços requalificados, políticas sociais e culturais ativas e uma estratégia clara para o futuro.

O que está em causa nas escolhas que se aproximam, é se o concelho quer continuar a avançar ou se pretende voltar atrás.

A Moita não pode parar, não pode abdicar da visão estratégica, da responsabilidade na gestão pública e da proximidade que o Partido Socialista trouxe nesta governação.

É com esta convicção, e com profundo respeito pela vontade democrática da nossa população que afirmamos, estamos prontos para continuar a fazer acontecer pelas suas freguesias e pelas suas gentes.”

Declaração política do Grupo Municipal da CDU proferida pela Deputada Mónica Ribeiro

«Não vou, evidentemente, ler aqui o programa eleitoral da CDU, mas vou fazer uma declaração política, também de final de mandato e, naturalmente, como fui eu que fiz a intervenção na tomada de posse, na altura, cabeça de lista a esta Assembleia Municipal, hoje também farei esta intervenção política final em nome dos eleitos da CDU. Então passo a dizer.

O mandato do PS, exatamente, no executivo da Câmara Municipal, caracterizou-se por ser um mandato de promessas eleitorais não cumpridas.

O PS prometeu resolver os problemas dos esgotos em Alhos Vedros e não resolveu

O PS prometeu um pavilhão para a Escola Secundária da Baixa da Banheira e não o fez.

O PS prometeu minimizar o problema da habitação no concelho e nada fez, tendo este executivo desperdiçado 4 anos no período em que o preço da habitação mais aumentou no nosso concelho, não utilizando um orçamento previsto de quinze milhões de euros.

O PS prometeu um quartel para a GNR e não o fez.

O PS prometeu o desenvolvimento económico do concelho e conseguiu o McDonald's.

O PS prometeu novos arruamentos e fez uma estrada em 4 anos em todo o concelho, deixando para trás o plano municipal de asphaltamentos e um concelho com estradas em tal estado que envergonham qualquer cidadão.

O PS prometeu um CROAE mais barato e fez, mas recorrendo a materiais de menor qualidade e empréstimos bancários, significando que, no final, quando forem contabilizados os custos do empréstimo e da manutenção, terá ficado bem mais caro do que o anunciado.

O PS prometeu melhorar a higiene urbana e o nosso concelho está mais sujo do que nunca.

O PS prometeu reabilitar a frente ribeirinha e não o fez.

O PS prometeu melhorar as instalações para os trabalhadores da autarquia, mas mudou de rumo e escudou-se nos trabalhadores para justificar a sua incapacidade para resolver problemas, e etc..

As únicas obras relevantes e concluídas neste mandato foram as obras projetadas e iniciadas pela CDU. Recordo, piscina municipal da Moita, centro de saúde da Baixa da Banheira, ainda longe de totalmente completo em equipamentos e recursos humanos, requalificação da avenida 1º de Maio, na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, e a requalificação do largo do Descarregador em Alhos Vedros, entre outros.

Podemos ainda dizer que o PS, na Câmara Municipal da Moita, herdou uma dinâmica competente de requalificação de espaços públicos, requalificação de habitações, projetos, trabalhadores e técnicos competentes, e não os aproveitou a bem da população do nosso concelho.

Minhas senhoras e meus senhores, durante estes 4 anos de mandato, este executivo PS na Câmara Municipal da Moita, esteve mais preocupado em denegrir o trabalho efetuado pela CDU ao longo de 46 anos do que trabalhar para o desenvolvimento do nosso concelho.

Disseram-se nesta Assembleia coisas como comparar o nosso concelho a “botas velhas”, como se o saneamento básico em 100% do concelho e a rede de água em quase 100% das habitações do

concelho, como se as escolas, as bibliotecas, os espaços culturais, os jardins, os parques, os parques infantis, os espaços e equipamentos públicos para práticas desportivas, etc., não tivessem valor.

Durante 4 anos de mandato, o executivo PS na Câmara Municipal da Moita, faltou à verdade, ofendeu, caluniou constantemente os eleitos da CDU, esquecendo-se que ao longo de 46 anos foram centenas, milhares de homens e mulheres que, voluntariamente, se envolveram na vida autárquica, ou que apenas colaboraram, direta ou indiretamente, com as autarquias e todos eles fizeram o seu melhor por este concelho, alguns até eram eleitos pelo PS.

Foram centenas os técnicos e trabalhadores administrativos e trabalhadores operacionais das autarquias que se envolveram em projetos, que concretizaram obras e orgulham-se do trabalho concluído.

Foram milhares os cidadãos que confiaram na CDU e que usufruíram das condições de vida no nosso concelho. A todos estes cidadãos, trabalhadores das autarquias e eleitos, o executivo PS ofendeu, desprezou e escarneceu sobre as suas opções, denegrindo o seu trabalho.

Falarei agora um pouco sobre o trabalho desenvolvido nesta Assembleia Municipal, para vos dizer que foi o único mandato da Assembleia Municipal, desde que eu me lembro, portanto, desde há pelo menos 30 anos, em que apenas duas comissões permanentes funcionaram, e por coincidência, ou não, as duas comissões foram coordenadas, dinamizadas por eleitos da CDU, provando, mais uma vez, a honestidade, a capacidade de trabalhar, mesmo que outros agora queiram tomar por seu essa dinâmica.

Refiro-me concretamente à Comissão Permanente de Ambiente, Infraestruturas, Equipamentos Urbanos, Proteção Civil e Mobilidade, coordenada pelo meu camarada João Figueiredo, com trabalho desenvolvido, e à Comissão Permanente de Cultura, Educação, Desporto, Juventude, Cidadania e Igualdade, por mim coordenada e composta por eleitos de todas as forças políticas, e que desenvolveu o projeto da Assembleia Municipal Jovem do Município da Moita. Mais uma vez, um projeto que se iniciou no mandato passado da CDU e que teve no passado mês de junho, como todos sabemos, a 1ª Assembleia Jovem no nosso concelho onde participaram as escolas do nosso Concelho.

Na Assembleia Municipal, os eleitos da CDU trabalharam ativamente, apresentando moções, saudações, recomendações, contribuíram com sugestões, debateram as diferentes propostas apresentadas, mantendo sempre o foco na defesa dos cidadãos do nosso concelho, na defesa do povo, na defesa dos trabalhadores, na defesa dos serviços públicos e da sua qualidade, com especial relevância para as escolas, para a saúde, na defesa do poder local e da sua autonomia e na defesa da paz no mundo.

Vamos entrar no período oficial de campanha eleitoral para as eleições autárquicas, que acontecerão, como todos sabemos, no próximo dia 12 de outubro, e sejam quais forem os resultados quero deixar aqui a promessa de que, tal como no passado, no presente e no futuro, os eleitos da CDU honrarão a confiança depositada em si pela população do concelho da Moita. Podem contar connosco.»

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“Só queria fazer aqui uma ressalva, e acrescentar também, porque foi mencionado a polícia municipal, que o PS votou contra a minha proposta de criação da polícia municipal.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

“Senhor Presidente, um ponto de ordem à mesa. Está claro que as declarações críticas não são comentadas depois de lidas, pelo que não deve ser comentada a declaração política que foi feita aqui neste momento nenhuma delas.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu não consigo deduzir que ele se esteja a referir à declaração política, está a dar opinião sobre uma matéria.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

“Senhor Presidente, na declaração política foi falado na polícia municipal. Em mais momento nenhum da Assembleia foi referida a polícia municipal. Óbvio que está a ser referida a declaração política que foi feita aqui. Não estou a ver outro motivo pelo qual foi colocado fazer aqui.”

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“Todos os partidos falaram, estiveram a fazer aqui uma retrospectiva do mandato, eu estou a fazer a minha. Posso senhor Presidente?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Pode.”

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“Vou recapitular outra vez do princípio. O PS votou contra a minha proposta de criação da polícia municipal, de um estudo polícia municipal...”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Só lhe chamo a atenção que tem que ser rápido porque já ultrapassou o seu tempo está bem?”

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“Vou ser rápido. E depois, apresentou sim, o PS, o estudo de criação da polícia municipal e assim foi aprovado, o que demonstra alguma hipocrisia, mas pronto.”

Coordenadora da Comissão Permanente de Cultura, Educação, Desporto, Juventude, Cidadania e Igualdade, Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

“Gostaria de valorizar todo o trabalho que foi efetuado, de agradecer a todos os elementos que participaram, agradecer também ao senhor Presidente que acompanhou todo o projeto, principalmente, o projeto da Assembleia Municipal Jovem, e que depois agarrou e tomou a dianteira, mas houve um trabalho com muita vontade de todos os elementos, nós visitamos escolas, nós falamos com alunos, nós preocupamo-nos com as condições da Escola Secundária da Baixa da Banheira, portanto, foi uma Comissão, realmente, em que todos os partidos com assento nesta Assembleia participaram, e eu agradeço a envolvimento, porque na realidade eu coordenei, mas foi um trabalho conjunto e que felizmente deu frutos. Eu gostaria de agradecer, também em jeito de balanço de mandato, a participação de todos.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção deu por concluído o Período Antes da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Solicitou ao plenário a inclusão da proposta da Câmara Municipal “”, à qual se atribuiria o ponto 3.0.

“Como receberam durante a semana, eu peço ao plenário a inclusão da proposta da Câmara Municipal de “Pedido de renovação de isenção IMI nos termos da alínea a), n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais”, porque já tínhamos uma proposta e são coisas muito simples, o que as distingue é o nome dos requerentes. Para quem não sabe, isto refere-se à renovação, à construção em área urbana, há quem lhe chame tipo histórica, e que beneficia da isenção de IMI e de outras coisas de acordo com a lei, para que os centros históricos urbanos sejam recuperados.”

Submetido ao plenário a **inclusão da proposta** foi **aprovada** por unanimidade com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

3.0 - Pedido de renovação de isenção IMI nos termos da alínea a), n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, com nove votos, sendo quatro do PS, quatro da CDU, um do vereador Independente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 24/09/2025:

“A 9 de março de 2023 foi publicada no Diário da República n.º 49, 2ª série, com o Aviso n.º 5080/2023, a nova delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Alhos Vedros (ARU).

A delimitação de uma ARU determina a assunção pelo município da necessidade de concretizar nessa área, um conjunto de intervenções e investimentos integrados, obedecendo a uma estratégia de reabilitação previamente estabelecida, que vise a salvaguarda do património edificado e o desenvolvimento sustentável do respetivo território.

A aprovação da delimitação de uma ARU obriga igualmente o município a definir os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, a conceder aos proprietários e detentores de direitos sobre o património edificado, objeto das ações de reabilitação urbana.

Nesta medida, confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações nela compreendidos, o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, nos termos estabelecidos na legislação aplicável.

A Requerente é proprietária do edifício sito na Rua 5 de outubro, n.º 10, Alhos Vedros, que se destina a habitação própria e permanente.

Nos termos do disposto pela alínea a) do n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na sua redação atualizada, tendo concluído obras de reabilitação da referida edificação foi-lhe concedida a isenção do IMI por um período de 3 anos a contar do ano de conclusão das obras, mediante deliberação da Assembleia Municipal da Moita, na sua sessão de 29 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 21 de abril de 2022.

Através do requerimento n.º 1540 de 24/06/2025, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2, do artigo 45º do Estatuto dos Benefícios fiscais, veio a requerente solicitar renovação de isenção de imposto municipal sobre imóveis (IMI) por mais cinco anos.

O presente pedido de renovação de isenção de IMI tem enquadramento na alínea a) do n.º 2, do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, que prevê a isenção de IMI por um período de 3 anos, renovável a requerimento do proprietário por mais 5 anos, no caso de habitação própria e permanente.

Assim, a renovação de isenção de IMI por mais 5 anos aplica-se a imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente.

Em conformidade com o previsto no n.º 6, do artigo 45.º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, a prorrogação da isenção prevista na alínea a) do n.º 2 está dependente de deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, na sua redação atualizada.

Assim, atenta toda a motivação supra aduzida, e nos termos das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 2, n.º 4, n.º 6, todos do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, na sua redação atualizada, proponho que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar a emissão de certidão para efeitos de renovação de isenção de IMI por um período de 5 anos, e a respetiva renovação da isenção de IMI pelo mesmo prazo;
2. Submeter a presente proposta a deliberação da Assembleia Municipal.

Em anexo: Informação técnica.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra e a constante no ponto seguinte, o 3.1, uma vez que ambas versam sobre a mesma matéria, cuja votação depois será feita em separado.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Relativamente a estas propostas em apreço, são propostas simples, não me vou referir aos requerentes, acredito que não haverá mal, ao abrigo do RGPD, referi-los, mas dizer só que aquilo que se encontra no âmbito dos incentivos fiscais para as áreas de reabilitação urbana, foi pedida a

renovação de isenção de IMI, nos termos da alínea a) do número 2 do artigo 45 do Estatuto dos Benefícios Fiscais, e que, neste caso, a proposta visa aprovar a emissão da certidão para efeitos de renovação de isenção de IMI por um período de 5 anos, e depois submeter a proposta à Assembleia Municipal, algo que aqui fizemos. O requerente desta proposta número 228, que vem com essa numeração da Câmara Municipal, e daí esta referência, é a requerente Gisela Taveira, é escusado dizer a morada, mas acredito que ninguém precisa saber a morada da senhora. Se quiserem consultar a proposta, em algum momento, as propostas são públicas para consulta. Dito isto, acredito que não haja questões relativamente a esta matéria. Segue os procedimentos de todo um outro conjunto de propostas similares, devidamente fundamentadas e instruídas.

Depois temos a proposta número 327, também no mesmo sentido, os termos são iguais, pedido de renovação de isenção de IMI, nos termos da alínea a do número 2 do artigo 45 do Estatuto dos Benefícios Fiscais, e aqui, mais uma vez, também pede, exatamente, a mesma coisa que a proposta anterior, e aqui o requerente que é proprietário do edifício, nesta proposta, nem é descrito o nome do titular, aparece só a morada da pessoa que está na referida proposta, também devidamente fundamentada.

Acredito que não haja questão ou dúvida relativamente a esta matéria. Se houver, estaremos aqui disponíveis para esclarecer.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

“Sem querer estar aqui a incumprir qualquer regulamento de proteção de dados, há aqui um pedido de esclarecimento que eu queria pedir a Câmara. Uma das propostas, já foi aqui referido pelo senhor Presidente o nome da requerente, mas tem uma determinada morada, e a outra proposta, onde não consta o nome, a 327, tem exatamente a mesma morada. Portanto, a minha pergunta é se as duas propostas correspondem à mesma requerente.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Presidente da Câmara para responder.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“As duas propostas que aqui trazemos, neste caso, vêm com duas informações distintas, como podem verificar, uma informação proposta, conforme podem ver em anexo, aprovada no dia 12/09/2025 e outra aprovada dia 26/06/2025, ambas instruídas, é questão de verem a informação proposta enviada pelos serviços.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Senhor Presidente, peço desculpa, mas isto de mandar a Assembleia ver a informação que vem dos serviços, quem tem a obrigação de explicar isto à Assembleia é o senhor Presidente, e é a proposta. A proposta é que deve ser clara.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

“Peço desculpa. Só no sentido de ajudar. Que possa haver um lapso e que o senhor Presidente da Câmara, mesmo aqui na Assembleia, queira corrigir esse lapso, nós estamos perfeitamente abertos a que isso seja feito. Agora, é evidente que há um lapso nas propostas, e nós o que estamos a votar é as propostas. A morada é exatamente a mesma. Tenho dúvidas que não haja aqui um lapso, mas não é na informação técnica que nós vamos votar, essas já o senhor Presidente despachou com a autoridade que tem.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“A morada e o nome. Eu pergunto ao senhor Presidente da Câmara se tem possibilidade de ainda obter perante os serviços, passamos à frente e já voltamos a estas propostas. É possível?”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Senhor Presidente, estou neste momento a falar com a senhora diretora de departamento, assim que tivermos a informação relativamente a essa matéria daremos os esclarecimentos necessários.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Então vamos passar à frente e voltaremos a estas propostas logo que tenhamos os dados.”

3.1 - Pedido de renovação de isenção IMI nos termos da alínea a), n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, com nove votos, sendo quatro do PS, quatro da CDU, um do vereador Independente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 09/07/2025:

“A delimitação de uma ARU determina a assunção pelo município da necessidade de concretizar, nessa área, um conjunto de intervenções e investimentos integrados, obedecendo a uma estratégia de reabilitação previamente estabelecida, que vise a salvaguarda do património edificado e o desenvolvimento sustentável do respetivo território.

A aprovação da delimitação de uma ARU obriga igualmente o município a definir os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, a conceder aos proprietários e detentores de direitos sobre o património edificado, objeto das ações de reabilitação urbana.

Nesta medida, confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações nela compreendidos, o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, nos termos estabelecidos na legislação aplicável.

A requerente, Gisela Marina Simões Lopes Taveira é proprietária da edificação sita na Rua 5 de outubro, n.º 10, Alhos Vedros, destinada a habitação própria, localizada na Área de Reabilitação Urbana de Alhos Vedros.

Nos termos do disposto pela alínea a) do n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na sua redação atualizada, tendo concluído obras de reabilitação da referida edificação foi-lhe concedida a isenção do IMI por um período de 3 anos a contar do ano de conclusão das obras, mediante deliberação da Assembleia Municipal da Moita, na sua sessão de 29 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 23 de fevereiro de 2022, pela qual foi deliberado o seguinte:

1. Aprovar a emissão de certidão para efeitos de benefícios fiscais ao nível do IRS, com a dedução à coleta de 30% do IRS dos encargos suportados com a reabilitação até ao montante de 500,00€ e tributação reduzida de 5% sobre rendimentos prediais e mais-valias em caso de alienação do imóvel, bem ainda, para efeitos de isenção de IMI por um período de 3 anos.

2. Submeter a presente proposta a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 19 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, para posterior comunicação à administração tributária.

Através do requerimento n.º 15033, de 23 de 18/06/2025 e requerimento n.º 15440, de 24/06/2025, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2, do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, veio a requerente solicitar a renovação de isenção de imposto municipal sobre imóveis (IMI) por mais cinco anos.

O presente pedido de renovação de isenção de IMI tem enquadramento na alínea a) do n.º 2, do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, que prevê a isenção de IMI por um período de 3 anos, renovável a requerimento do proprietário por mais 5 anos, no caso de habitação própria e permanente.

A renovação de isenção de IMI por mais 5 anos aplica-se a imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente, tendo a requerente entregue elementos comprovativos de que a habitação é própria e permanente, nomeadamente certidão do domicílio fiscal emitida pelo Serviço de Finanças da Moita, que se anexa à presente proposta, dela fazendo parte integrante.

Em conformidade com o previsto no n.º 6, do artigo 45.º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, a prorrogação da isenção prevista na alínea a) do n.º 2 está dependente de deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, na sua redação atual.

Assim, atenta toda a motivação supra aduzida, e nos termos das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 2, n.º 4, n.º 6, todos do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, na sua redação atualizada, proponho que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar a emissão de certidão para efeitos de renovação de isenção de IMI por um período de 5 anos, e a respetiva renovação da isenção de IMI pelo mesmo prazo;
2. Submeter a presente proposta a deliberação da Assembleia Municipal.

Em anexo: Informação Proposta e Certidão do domicílio fiscal emitida pelo Serviço de Finanças da Moita”

NOTA: A votação foi suspensa de acordo com a decisão do Presidente da Assembleia Municipal no ponto anterior enquanto se aguardavam os esclarecimentos necessários.

3.2 - Aprovação final do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) da Moita

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, com nove votos, sendo quatro do PS, quatro da CDU, um do vereador Independente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 27/08/2025:

“O Município da Moita promoveu a elaboração do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) sob a coordenação da S.Energia (Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete) nos termos do quadro normativo vigente e na conformidade com a Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro), a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA) e demais instrumentos estratégicos.

Este documento visa responder aos desafios da mudança climática ao nível local, incentivando a mitigação das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e a adaptação às condições climáticas futuras.

O PMAC traduz e corporiza os compromissos do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050) e do Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), definindo medidas concretas para a transição climática e a resiliência territorial.

I. Enquadramento

O Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) da Moita

1. Introdução

As alterações climáticas representam um dos principais desafios globais da atualidade. O Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) surge como um instrumento estratégico para orientar a transição do município para um modelo de desenvolvimento sustentável e resiliente, promovendo a descarbonização da economia local e fortalecendo a capacidade de resposta a eventos climáticos extremos. Tem como principal objetivo a definição de estratégias e ações locais para enfrentar os impactos das alterações climáticas, com vista à redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e ao aumento da resiliência climática do território, em alinhamento com as diretrizes nacionais e internacionais.

2. Objetivos Estratégicos

O PMAC estabelece metas de curto, médio e longo prazo, alinhadas com a Lei de Bases do Clima e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU:

Neutralidade Carbónica - Redução das emissões de CO₂eq, em comparação com os níveis de 2005:

- 55% até 2030;
- 65%-75% até 2040;
- 90% até 2050, alcançando a neutralidade carbónica.

Além da mitigação das emissões, o plano enfatiza a adaptação aos impactos das alterações climáticas, através da implementação de medidas específicas para setores vulneráveis e da promoção de uma economia local mais sustentável.

3. Eixos de Intervenção

3.1. Mitigação das Alterações Climáticas

A estratégia de mitigação visa reduzir a pegada de carbono do município, promovendo:

- Eficiência energética e uso racional da energia nos edifícios públicos e privados;
- Expansão da mobilidade sustentável, incluindo transportes públicos de baixas emissões e soluções de mobilidade ativa;

- Fomento da energia renovável, através da produção descentralizada e do autoconsumo;
- Gestão sustentável dos resíduos e promoção da economia circular.

3.2. Adaptação às Alterações Climáticas

O PMAC identifica riscos climáticos e estabelece medidas para minimizar os impactos negativos:

- Gestão e conservação dos recursos hídricos, prevenindo a escassez de água e os riscos de cheias;
- Reforço da resiliência das infraestruturas urbanas, melhorando a resposta a fenómenos extremos;
- Proteção da biodiversidade e ecossistemas, com especial atenção às áreas costeiras e zonas sensíveis;
- Saúde pública e segurança, reduzindo os riscos associados a ondas de calor e outros eventos climáticos severos.

3.3. Medidas Transversais

- Envolvimento da comunidade e das empresas na ação climática;
- Educação e sensibilização ambiental, promovendo boas práticas e a transição para um estilo de vida sustentável;
- Monitorização e avaliação contínua, garantindo a eficácia das medidas implementadas.

4. Implementação e Financiamento

A execução do plano será apoiada por diversos mecanismos de financiamento, incluindo fundos europeus e nacionais dedicados à ação climática. Além disso, será estabelecido um sistema de governança para assegurar a coordenação entre os diferentes agentes locais e regionais.

5. Monitorização e Avaliação

O PMAC prevê a criação de indicadores de desempenho para acompanhar a evolução das medidas implementadas. A monitorização será realizada regularmente, garantindo a adaptação do plano às necessidades emergentes e novas oportunidades tecnológicas.

6. Conclusão

O PMAC da Moita representa um compromisso estruturado e ambicioso para enfrentar os desafios climáticos, tendo o objetivo de alcançar a neutralidade climática até 2050, promovendo uma transição justa e sustentável. Além disso, o PMAC, visa reduzir as emissões de CO2 em 55% até 2030, 65-75% até 2040 e 90% até 2050, em relação aos níveis de 2005 e prevê a criação de um Conselho Local de Acompanhamento para monitorizar a implementação das ações e promover a participação da comunidade. Ao definir metas claras e um plano de ação robusto, o município posiciona-se como um ator relevante na construção de um futuro sustentável e resiliente.

II. Consulta Pública

A Lei de Bases do Clima reforça a necessidade de envolvimento da sociedade civil e das entidades locais na definição e implementação das políticas climáticas. Neste contexto, a consulta pública assume um papel fundamental, garantindo a participação informada dos cidadãos e das partes interessadas na formulação do documento final.

Nos termos do disposto pelo artigo 9.º da Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, a Câmara Municipal da Moita submeteu a consulta pública o Plano Municipal de Ação Climática - PMAC - da Moita, visando reforçar a metodologia participativa de elaboração deste documento estratégico.

A submissão a consulta pública do Plano Municipal de Ação Climática da Moita foi aprovada por deliberação unânime da Câmara Municipal da Moita a 29 de maio de 2025 através da deliberação n.º 154/XIII/2025.

O período de consulta pública do PMAC da Moita, decorreu por um prazo de 30 dias consecutivos, iniciando-se a 2 de junho de 2025 e encerrando a 1 de julho de 2025, através da disponibilização da documentação da consulta pública no sítio institucional do Município da Moita em www.cm-noita.pt, bem como em suporte físico, no Edifício Sede do Município (Balcão do Município).

No decurso do prazo de consulta pública, os interessados puderam participar mediante emissão de contributos/sugestões por escrito, fundamentados e dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal da Moita para o endereço Praça da República, 2864-007 Moita, ou para o endereço de correio eletrónico: dep.ambeiu@cm-moita.pt.

Foram efetuadas diversas publicações de divulgação da consulta pública do PMAC, quer na página da Câmara Municipal da Moita quer nas suas páginas em redes sociais, estando disponíveis para consulta, os seguintes documentos:

1. Relatório Final do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) da Moita;
2. Apresentação do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) da Moita.

Participações no âmbito da discussão pública

Este processo de consulta pública contou com a participação ativa da população, tendo sido recebidos dois contributos, ambos através de correio eletrónico e dentro do prazo estabelecido para a consulta pública. Foram objeto de ponderação e análise técnica cuidada, tendo sido elaborado o Relatório de Consulta Pública, em anexo à presente proposta dela fazendo parte integrante, que inclui:

- A sistematização dos contributos recebidos;
- A resposta técnica fundamentada a cada participação;
- A identificação das alterações integradas na versão final do plano.

Foram omitidos no referido Relatório os dados pessoais ou dados sensíveis em conformidade com a Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto, (Lei da Protecção de dados pessoais), e do Regulamento (UE) n.º 679/2016, de 27 de abril (Regulamento Geral de Protecção de Dados).

Conclusão

Concluído o processo de consulta pública e incorporados os contributos pertinentes na versão final do documento, deve a câmara municipal proceder à aprovação do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) da Moita e submetê-lo posteriormente à Assembleia Municipal.

Assim, atenta a motivação supra-aduzida, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º, da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, e n.º 2 do artigo 14.º da Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, na sua redação atualizada, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar o Relatório Final do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) da Moita;
2. Aprovar o Relatório de Consulta Pública do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) da Moita;
3. Submeter o Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) da Moita à aprovação da Assembleia Municipal;
4. Proceder à divulgação pública da versão final do plano e do relatório de consulta pública no site institucional do município;

Anexos:

1 - Relatório Final do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) da Moita;

2 - Relatório de Consulta Pública do Plano Municipal de Ação (PMAC) da Moita, a- Informação-Proposta”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu tenho a dizer sobre esta questão que há aqui um problema, que temos que ver entre todos. A proposta, à partida, julgo que não terá grande polémica, ela veio por unanimidade da Câmara, portanto, as forças políticas representadas na Câmara terão tido tudo. Eu soube por volta das oito da noite, por um senhor deputado que me ligou, que lhe faltava um documento, ou seja, isto é a aprovação do plano e faltava o plano. Está uma série de documentos, procuramos ver com os serviços e houve, digamos, um erro do sítio onde era para pôr isto, puseram no site geral da Câmara, em vez de na zona reservada à Assembleia Municipal.

Este plano de ação climática é importante, já não vai ter grandes efeitos durante este mandato, mas é importante que o município não perca tempo onde possa ajudar. Isto, fazendo uma certa relação, é como na nossa casa, para vendermos a casa precisamos ter um certificado energético, sem ele não a conseguimos vender, aqui sem isto a Câmara fica manietada de um conjunto, inclusive, de fundos e coisas assim, e são os técnicos que ficarão inibidos de poder trabalhar.

Entretanto, porque já eram oito da noite, depois de falar com o senhor deputado que me chamou a esta atenção, faço lembrar que a documentação estava há uma semana, de acordo com o que está regimental, e que só depois é que alguém reparou, uma hora antes disto se realizar, que faltava um documento, e que entretanto já lá foi posto, está agora até em PDF e não em link. Eu pergunto se os senhores deputados querem fazer uma pausa de alguns minutos para poderem debruçar-se sobre o documento, falar com alguém que pretendam e nós ainda conseguirmos votar isto, porque é o interesse do município, na minha ótica, que está em causa.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Senhor Presidente, eu não vou intervir nesta matéria, como o senhor provavelmente sabe eu fui uma das pessoas que trabalhou ativamente neste plano, portanto eu não o vou discutir, era apenas isso. Não o vou discutir nem sequer acho que o devo votar. O meu camarada João Faim há de ter outras coisas para dizer, eu apenas não quero participar nesta discussão porque eu fui um daqueles que trabalhou ativamente na coordenação deste trabalho.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

“O senhor Presidente não o referiu, mas fui eu exatamente o deputado municipal que ligou para si perto das oito da noite, não sei se já passava ou pouco faltava, mas eu tive o cuidado de ligar, e não consegui ler a proposta com mais antecedência e quando li é que me apercebi, exatamente, que estão aqui a propor deliberar sobre um documento o qual a Assembleia não recebeu, e não é um documento qualquer, é um documento com quatrocentas e tal páginas, são muitas páginas. Ou seja, num intervalo fazer uma análise acho que é humanamente impossível conhecer, a partir daí, a partir desse momento, o próprio documento.

Eu pegava na sugestão do senhor Presidente, não do intervalo para analisar o documento, mas tentar junto dos responsáveis de cada grupo que se reunissem e saber se há, de facto, algum consenso relativamente a esta matéria, porque senão vejamos. Na verdade, vamos votar um documento que foi, sim, aprovado por unanimidade em reunião de Câmara, mas estamos a votar, passe a expressão, um cheque em branco, porque a Assembleia em si não conhece, não está a deliberar sobre o documento, e consta, exatamente, na parte deliberativa da proposta, votar e conhecer esse documento. Agora, não temos dúvidas também que o PMAC é um documento importante, é importante em qualquer momento, a meu ver, até já devia ter sido feito há mais cedo, nós deixamos trabalho suficiente para que o PMAC pudesse ter sido feito logo no início do mandato. Mas pronto é agora, mais vale tarde que nunca.

Mas, queremos com toda a vontade que, de facto, o documento seja aprovado e que faça falta, mas queremos também decidir em coerência, e eu acho que é um bocadinho uma situação, com toda a boa vontade que tenhamos em ajudar, de facto, que tem que haver esse compromisso de todos para poder votar um documento que não conhecemos. A verdade é esta, a realidade é esta, púnhamos as alterações, mas não conhecemos o documento final, por lapso, o senhor Presidente já aqui explicou, acontece, já não devia de acontecer este tipo de lapso, ao fim de quatro anos já não é inexperiência, é outro nome. Desculpe, mas não quero qualificar aqui o nome que me vem à cabeça, mas de facto é esta a situação e era aquilo que eu sugeria.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu queria dizer, até porque as pessoas lá em casa e as pessoas do público merecem o maior respeito, que este documento não é nenhum secretismo. Este documento esteve sujeito a consulta pública durante não sei quanto tempo, não sei se foi os 30 dias que a lei diz, estive no site da Câmara e está no site da Câmara, continua no site da Câmara portanto, não há aqui nenhum documento, não há aqui nada. Os vereadores da oposição conhecem perfeitamente o documento, por isso o aprovaram, não houve uma única abstenção sequer. É importante que se diga aqui às pessoas que o documento esteve público, que nós tivemos estes documentos oito dias para consultar, e uma hora antes há um deputado que repara que falta um documento. A culpa não é dele, é evidente, quer dizer, há trinta deputados que tiveram uma semana para não ver que falta o documento.

E agora, estamos na última Assembleia Municipal do mandato, vamos entrar na próxima semana em campanha eleitoral, portanto, não é curial estarmos a fazer uma sessão extraordinária para aprovar este documento, e o documento é importante que passe, porque aqui sim, são os superiores interesses do município. Por isso é que eu digo, se quisermos levar o rigor da burocracia ao limite, enfim, é o concelho e os municípios que serão prejudicados, mas podemos fazer uma reunião de líderes e tomar uma decisão.”

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

“Só quero dizer que da nossa parte aceitamos a proposta que o Deputado Faim acabou de apresentar para que isto se despache o mais rápido possível.”

Deputada Fernanda Gaspar do Grupo Municipal da CDU

“Senhor Presidente, eu não gostei da sua intervenção enquanto Presidente da Assembleia Municipal, a passar o ónus da responsabilidade de um documento não ter vindo para o órgão competente para aqui aprovar para todos os membros desta Assembleia Municipal. Como Presidente da Assembleia Municipal, e à Mesa, cabe-lhe o papel de dignificar o órgão que é a Assembleia Municipal. Independentemente de estar ou não no site, há muito ou há pouco tempo, nós não viemos aqui só por vir. Nós temos uma responsabilidade acrescida e a Mesa tem uma responsabilidade acrescida de fazer a verificação se esses documentos vieram entregues ou não. Melhor, então a Câmara Municipal aprova há quanto tempo por unanimidade, e qual é a independência deste órgão que é fiscalizador da própria Câmara Municipal?

Senhor Presidente, o meu camarada de bancada João Faim já deu a sugestão. Eu continuo a dizer, não venham menosprezar este órgão, eu acho que é preferível, com campanha eleitoral ou sem campanha eleitoral, que tenhamos todos a oportunidade de receber a documentação que obrigatoriamente nos tinha que chegar, e de fazermos uma reunião da Assembleia Municipal para a avaliação da proposta e tomarmos a decisão de votá-la. Hoje não vejo condições para isso. Eu, pessoalmente, não tenho condições para isso. Vou votar um documento que não conheço, ou se o conheci ou se o vejo no site? Não. Formalmente, eu tenho que receber o documento.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu peço desculpa, agora tenho que defender um pouco a minha honra, porque a senhora sim, está a passar culpas com um objetivo perfeitamente definido. Já entendi, agora, minha senhora, eu tenho direito a dizer, e estou a ser o mais transparente possível dizendo às pessoas o que é que aconteceu. Quer dizer, isto é verdade. Algum deputado sem ser o senhor Deputado João Faim, uma hora antes disto começar, disse que faltava um documento? Ninguém reparou, eu também não. Também tenho o direito disso. Ninguém reparou.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU (sem recurso a microfone)

“O senhor tem a obrigação de reparar.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu tenho a obrigação de reparar e o senhor não?”

Deputada Fernanda Gaspar do Grupo Municipal da CDU

“Exatamente. Era isso que eu ia dizer senhor Presidente.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU (sem recurso a microfone)

“Ter tenho, mas eu reparei. Fui eu que falei com o engenheiro Faim.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Uma hora antes disto começar?”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU (sem recurso a microfone)

“Não, foi um bocadinho antes. É porque eu, ainda por cima, conheço o documento, e não o fui ler.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Está bem. Eu sei que o senhor conhece. Vamos continuar para o ponto seguinte e antes do relatório da atividade da Câmara farei faremos um intervalo de dez minutos para falar com os líderes das bancadas e aquilo que decidirmos fazer, é aquilo que vamos fazer.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

“Se me dá licença, e não é um reparo à intervenção do senhor Presidente, nem ou procurar entrar em diálogo, mas desculpe-me senhor Presidente, mas de facto a sua intervenção de há pouco, transpor esta questão para uma questão meramente burocrática, isto não é uma questão meramente burocrática, isto é uma questão política, porque é num órgão político que estamos a votar um documento, é um documento que é a versão final. Para quem está menos informado, isto é um documento que esteve sujeito a discussão pública, teve alterações que foram votadas, e depois essas alterações são introduzidas no documento que esteve em discussão pública e é esse documento final, ou seja, que é o sumo, que nós temos obrigação de votar. Portanto, não é uma questão meramente burocrática, é só essa questão que eu quero dizer, é uma questão de muita importância.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Muito bem. Vamos então passar ao ponto seguinte, que é o último antes do relatório da atividade, onde depois faremos um intervalo de dez minutos para falarmos entre a Conferência de Representantes, ou seja, os líderes de bancada, e lá decidiremos o que é que vamos fazer.”

3.3 - Autorização prévia da Assembleia Municipal para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais relativos a empreitadas de obras públicas – reescalonamento e assunção de encargos plurianuais

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, com nove votos, sendo quatro do PS, quatro da CDU, um do vereador Independente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 24/09/2025:

“Pretende a Câmara Municipal da Moita lançar as seguintes empreitadas de obras públicas no último trimestre do corrente ano:

- Requalificação do Eixo Urbano Entre a Travessa do Mercado e a Estação Ferroviária de Alhos Vedros
- Construção do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana na Vila Moita
- Obras de conservação e reparação na envolvente opaca e coberturas em Unidades de Saúde As presentes empreitadas de obras públicas foram inscritas em Orçamento Municipal de 2025 contudo atento o hiato de tempo e não se prevendo qualquer execução no corrente ano e tendo presente a previsão da execução das mesmas importa proceder à repartição e assunção de encargos anos pelos anos de 2026 e 2027.

Em face do supra exposto atenta o tempo de tramitação do concurso, da obtenção de Visto do Tribunal de contas e ao prazo de execução dos contratos, importa proceder à distribuição dos valores provisionais de execução prevista em Orçamento e Plano Plurianual de Investimento (PPD e aprovar alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP) de acordo com o indicado pelo DGVT, nos termos seguintes:

1 – Intervenção: Requalificação do Eixo Urbano Entre a Travessa do Mercado e a Estação Ferroviária de Alhos Vedros

Rubrica: 04/ 0701040113 - Reformulação do Eixo urbanístico entre Estação da Ferrovia. e Av. Humberto Delgado

Previsão da repartição de encargos anuais (valores com IVA)

2025	2026	2027
€0,00	€760.497,18	€10.000,00

2 – Intervenção: Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana da Moita

Rubrica: 04/ 0701030709 - Posto da GNR - Moita

Previsão da nova repartição de encargos anuais

2025	2026	2027
€ 1.480.000,00	€1.289.400,00	€1.160.340,00

3 – Intervenção: Obras de conservação e reparação na envolvente opaca e coberturas em Unidades de Saúde

Rubrica: 04/ 0701030104 - Conservação e Reparação de Edifícios Municipais

Previsão da nova repartição de encargos anuais

2025	2026	2027
€ 0,00	€1.110.00,00	€430.000,00

Nos termos do disposto nos números 1 e 6 do art.º 22.º do Dec.- Lei n.º 197/99, de 08 de junho a repartição de encargos carece de autorização prévia da Assembleia Municipal.

A assunção de encargos plurianuais que resulta da programação física e financeira das referidas empreitadas também está sujeita a autorização prévia da assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea b) do art.º 3.º e na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º ambos da Lei n.º 08/2012, na sua redação atualizada.

Face ao exposto:

Propõe-se que a Câmara Municipal da Moita, delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal:

- a) Autorizar a repartição dos encargos e reescalamento - para os anos económicos 2026 e 2027 nos termos propostos pelo DGVT e constantes na presente proposta conforme informação em anexo, ao abrigo das disposições conjugadas no art.º 24.º e nas alíneas bb) e ccc) do n.º 1 do art.º 33.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada e nos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Dec.-Lei n.º 197/99, de 08 de junho;
- b) Autorizar a assunção de compromissos plurianuais para os anos económicos 2026 e 2027 no âmbito da abertura prevista de procedimentos por Concurso Público para realização das empreitadas de obras públicas supra mencionada, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 08/2012, na sua redação atualizada.

Anexos:

Balancete do PPI

Posição atual do Orçamento

Alteração às GOP”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Bem, então ultrapassadas estas questões...”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU (sem recurso a microfone)

“Não estão ultrapassadas.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Senhor Presidente da Assembleia, o que eu lhe pedia era que junto dos deputados municipais usasse a sua magistratura para cumprir o Regimento, dando nota de que, uma vez que eu estou a falar, agradecia não ser interrompido, uma vez que quando os demais estão a falar eu permaneço calado.

Depois há aqui outra questão, e também lembrar que, certamente, por desconhecimento do Regimento, além de não poder participar na votação, os deputados municipais quando colaboram, participam, também não podem participar na discussão, ou seja, por norma ausentam-se da sala, mas é só para dar essa nota.

Agora, relativamente ainda ao assunto que nos interessa, e acho que nos interessa a todos, a Câmara Municipal, ao contrário daquilo que acontecia no passado, procura e continua a procurar sempre resolver os problemas. Assim o fizemos quando foi com o centro de saúde, fomos falar com o Ministério da Saúde, o Ministro Pizarro, ao contrário daquilo que foi dito, e quando houve problemas e desafios a ultrapassar relativamente ao quartel da GNR, também o fizemos dessa forma. Falámos com a Ministra Margarida Velasco, que muito bem nos atendeu, ao contrário de outros ministros deste executivo, nomeadamente, o da saúde que, atualmente, não recebe, nem esta Câmara nem nenhuma outra, e prontamente se dispôs a ir junto da empresa onde estava contratualizado o serviço para que o projeto pudesse vir finalmente corrigido.

A Câmara Municipal mais tarde veio a reunir com estas entidades, a equipa projetista e outras, para suprimos as dificuldades que existiam e, finalmente, o projeto veio correto, vem em condições de poder ser lançado e estamos agora aqui a propor a alteração do orçamento para que então respeite não só os valores atualmente indicados pelo projetista, bem como a projeção no tempo desses mesmos valores, uma vez também que até ao momento nenhum valor foi recebido relativamente ao quartel da GNR.

Depois, existem outros dois pontos nesta mesma proposta, nomeadamente, no que diz respeito, neste caso, aos trabalhos de reabilitação dos nossos centros de saúde, algo que foi possível negociar com a senhora Secretária de Estado, que nos recebeu juntamente com o seu assessor, e que foi possível identificar um caminho a seguir, que prevê então que possa vir a existir um aviso de abertura de candidatura num valor aproximadamente de setecentos e cinquenta mil euros para fazer obras nos centros de saúde, nomeadamente, do Vale da Amoreira, de Alhos Vedros e do nosso centro de saúde da Moita, que carecem de obras, seja nas suas fachadas, seja nas suas coberturas, para dar melhores condições de trabalho aos médicos, bem como aos utentes da área da saúde e aos profissionais de saúde, que todos os dias utilizam aquele edifício.

E, por último, em virtude de um concurso da Câmara ter ficado deserto, fruto do valor base não ir de encontro àquilo que era entendível pelo mercado, vai ser necessário lançar outro concurso público. Esse concurso público fará com que a obra deixe de ser executada apenas este ano, passará para mais que um ano, passando a despesa em vez de ser realizada neste ano contabilístico, passando a ser em dois, sendo também necessário haver essa alteração orçamental para autorização de despesa plurianual. Por isso, resultam destas três situações, todas elas atendíveis, e isto prova que trabalhamos todos os dias, desde o primeiro dia em que fomos eleitos até ao último dia deste mandato, continuamos a trabalhar para que o concelho possa avançar e possamos continuar a fazer acontecer. Disse.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Tenho aqui uma dúvida relativamente aos valores da construção do posto da GNR, porque o contrato interadministrativo com o Ministério da Administração Interna e também com a GNR, prevê um valor que é inferior àquele que está a ser programado para os próximos anos. Ora, mais do que isso, aquele contrato interadministrativo prevê que a verba seja gasta em 2024 e 2025. Não foi gasta, não vou agora entrar aqui em questões do atraso, nós sabemos, aliás, o atual Secretário-Geral do PS, enquanto Ministro, esteve aqui e disse à frente de quem quis ouvir, e quem não quis ouvir olhou para o lado, que o projeto estava na gaveta, como estavam outros. Agora saiu da gaveta, se calhar, é porque há eleições, mas o que é verdade é que o contrato que existe entre a Câmara e o Ministério da Administração Interna prevê um valor um pouco abaixo dos dois milhões e duzentos mil euros para os anos de 2024 e 2025.

Ora, nada contra em alterar as grandes opções do plano para expandir a possibilidade no tempo de construção do quartel, que tanta falta faz, a questão que nós colocamos é como é que nós vamos garantir esse financiamento por parte do Ministério, e querer lançar já um concurso sem um contrato, ou um novo contrato, ou sem uma adenda que permita a Câmara ter a garantia de que vai ser o Ministério, efetivamente, a pagar o quartel, porque esta Assembleia não tem conhecimento de documento nenhum. Aliás, esta Assembleia devia ter conhecimento deste contrato interadministrativo e não tem. Nós preparamos as nossas reuniões entre os membros da Assembleia Municipal e os nossos vereadores, e é por isso que demos com este pormenor.

Poderei dizer mais alguma coisa depois de ter este esclarecimento, mas gostava realmente de saber, nestas condições, como é que se garante que o Ministério da Administração Interna paga aquilo que tem que pagar.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder à questão.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“É o seguinte, eu sei que isto faz uma grande confusão e um grande problema na cabeça dos eleitos da CDU, porque estão habituados a reivindicar, reivindicar, reivindicar, fazer é mais difícil, sempre foi mais difícil, e pegam em todas as coisas para agora ir de malas aviadas para o Ministério da Administração Interna reivindicar. Não. Nós reunimos, estamos a trabalhar e lançamos agora a obra e depois faremos a óbvia adenda ao contrato para o financiamento do montante remanescente, que a Câmara, no limite, teria a capacidade de absorver essa diferença, mas não é isso que está em cima da mesa. O que está em cima da mesa é o Ministério da Administração Interna assumir este diferencial.

O que nós achamos é que os nossos militares da GNR não podem esperar. Os nossos militares da GNR não podem esperar, por isso queremos avançar o quanto antes, e esperemos que aqui não haja e não existam forças de bloqueio, porque se por um lado defendem melhores condições de vida e melhores condições de trabalho para os profissionais, nomeadamente, os de segurança, por outro não estejam a obstaculizar que isso mesmo assim possa acontecer, como já fizeram noutra situação, noutras situações. Não vamos repetir aquilo que já aconteceu quando foi a proposta, por exemplo, para que os profissionais de segurança e bombeiros pudessem ir fazer as suas refeições nos refeitórios da autarquia. Por isso, espero que não estejamos hoje a repetir o que já aconteceu no passado.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mais uma vez eu peço que indique ao senhor Presidente da Câmara da Moita para não perder tanto tempo a dizer inverdades acerca da CDU e que explique como é que vai fazer as coisas porque, neste momento, esta Assembleia Municipal está a deliberar uma transferência de verba para os anos subsequentes sem saber como é que essa verba vai chegar à Câmara Municipal. Portanto, nós estamos a fazer o nosso papel, é o papel fiscalizador da Câmara Municipal. O senhor Presidente não tem respostas a dar, ou não quis dar respostas, que é uma coisa que faz muitas vezes e depois perde-se aí no meio de uma série de insinuações com malvadez, e eu vou-lhe dizer que isso nem sequer fica bem a ninguém, quanto mais a um Presidente de Câmara, porque sabe perfeitamente porque é que nós não votámos aquela outra proposta, portanto, ele sabe e quem está aqui sabe.

O senhor perde muito tempo a dizer mal da CDU e depois não explica aquilo que tem a explicar.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Confirmou com o Presidente da Câmara Municipal se já tinha dado as respostas que entendeu dar, e informou que ia colocar a proposta à votação.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Mais uma vez, verifica-se que este executivo PS não dá resposta à população, não dá resposta aos eleitos da Câmara Municipal, não dá resposta aos eleitos da Assembleia Municipal. Não dá resposta à população. Portanto, é este tipo de atuação em que nós estamos aqui num culminar, esta é a última Assembleia Municipal deste mandato, tudo o que nós queríamos era que corresse tudo bem, e esta é a terceira proposta que vêm aqui a votação e é a terceira proposta que vem com problemas, ao fim de 4 anos. Portanto, é uma demonstração de incompetência deste executivo. São 3 propostas que vêm para ser aprovadas, coisas perfeitamente simples, que não havia problema nenhum em ser aprovadas, e as 3 vêm com problemas, porque não há garantia que a Câmara Municipal receba o dinheiro que tem a receber do Ministério.

Aliás, é o próprio senhor Presidente da Câmara que diz que ainda está à espera de receber dinheiro do Ministério da Saúde por causa do centro de saúde da Baixa da Banheira, tal como nós estivemos à espera durante anos, e tivemos que pôr o Governo duas vezes em tribunal para receber as verbas do pavilhão da Escola José Afonso. Nós estamos a falar porque sabemos como é que as coisas acontecem, o senhor, aparentemente, não sabe ou não quer saber, e é por isso que a dívida está como está. E, a atuarmos desta maneira, vai continuar a crescer.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal a seu pedido.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“É o seguinte, talvez por falta de atenção não ouviu o que eu lhe disse, que foi que a Câmara Municipal está em conversações com o Ministério da Administração Interna e o mesmo já se comprometeu a pagar o diferencial. Vamos fazer acordo e uma adenda ao contrato, ao acordo que nós temos, por isso não percebo a inquietude da CDU, a não ser o incómodo de sermos nós, depois do trabalho todo que nós fizemos, a lançar a obra. Mas, senhor Deputado, tenho em querer que todos ficarão satisfeitos, tenham eles qual for a sua proveniência político-partidária, ou independentes, com a construção do novo quartel da GNR, e iremos todos beneficiar da construção do mesmo. Por isso, eu acho que hoje devia ser um momento de satisfação para todos e, infelizmente, existe quem continue a tentar ser do contra, mas a isso já todos estamos habituados.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“O senhor Presidente, que diz que o Estado tem uma dívida para com a Câmara Municipal, é a mesma pessoa que diz “agora nós falamos com alguém e eles vão nos pagar”, portanto, não há um acordo escrito, não existe um acordo escrito que consiga dizer à Câmara Municipal e consiga comprovar a esta Assembleia Municipal que vai ser pago. Isto é o nosso papel, o senhor Presidente não gosta, mas o nosso papel é fiscalizar os atos da Câmara Municipal, e é o que estamos a fazer aqui assim. Infelizmente, volto a dizer, são 3 propostas que eram perfeitamente simples, são 3 propostas com erros. 3 propostas ao fim de 4 anos de mandato. Vocês nem imaginam a quantidade de vezes que, nas

reuniões de Câmara, seja nas públicas, seja nas privadas, que isto acontece. Ao fim de 4 anos é inadmissível.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

“Eu queria só deixar aqui uma nota sobre estas intervenções consecutivas da bancada da CDU. Foi feita uma questão ao senhor Presidente, o senhor Presidente respondeu e, dentro dessa resposta, fez várias menções àquilo que era o discurso que estava a ser feito pela bancada da CDU, que é legítimo, é legítimo o senhor Presidente fazê-lo. Ele deu resposta à questão que foi colocada pela bancada da CDU. A questão que eu coloco é, a bancada da CDU quer ou não quer que este investimento seja feito no concelho da Moita? Ou é só porque estamos a entrar numa fase de campanha eleitoral que é preciso falar, escrutinar, falar, escrutinar, e escrutinar? Os senhores, na Câmara Municipal, apresentaram zero propostas durante este mandato. Zero. E o senhor vem-me falar agora aqui em incapacidade de propostas por parte do Partido Socialista na Câmara Municipal? Zero propostas feitas pelos vereadores da CDU durante o mandato que estamos a terminar agora.

A questão foi feita ao senhor Presidente, o senhor Presidente foi claro e objetivo e fez a interpretação que queria fazer das palavras da bancada da CDU.”

Neste momento, perante um pedido de defesa da honra manifestado pela CDU, retomou e disse: “Só para esclarecer que não ofendi ninguém.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Não vale a pena. Aqui não houve honras ofendidas”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Senhor Presidente, houve aqui uma mentira clara dita pela bancada do PS. Houve propostas apresentadas pelos vereadores da CDU. Houve aqui uma mentira, não é a primeira não é? E, pelo andar da carruagem, não vai ser a última. Estamos a ver como é que isto corre.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Grupo Municipal do BE proferida pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora

“Votámos favoravelmente esta proposta porque o objetivo é concretizar a obra, mas compreendemos perfeitamente que isto pode ser remeter uma dívida para os mandatos seguintes.”

Declaração de voto do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado João Figueiredo

“Como sempre aconteceu neste mandato, e em todos aqueles que o precederam, a CDU teve sempre a favor do desenvolvimento do concelho da Moita. Sempre. Aliás, este processo do quartel da GNR começou connosco há muitos anos. Ficou durante muitos anos na gaveta, naquela gaveta onde o PS mete tudo aquilo que não quer. É sempre a mesma.”

Neste momento, perante interrupção, disse: “Senhor Presidente, desculpe lá, é declaração de voto, não há direito a resposta. É tão simples como isto. É uma declaração de voto.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Só um bocadinho por favor. O senhor Deputado está no uso da palavra, não interrompam por favor. Faça favor.”

Declaração de voto do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado João Figueiredo

Retomou a declaração e disse:

«Nós votamos sempre a favor do desenvolvimento, mesmo com dúvidas. Aliás, há aqui mais do que uma proposta da qual nós temos dúvidas, mas como não temos certezas, vamos pela bondade de que as soluções apresentadas são para o bem da população, e fizemos isso sempre durante este mandato na oposição, tal como fizemos sempre que foram apresentar propostas ao longo dos outros mandatos. Sempre. É a nossa maneira de estar. É a nossa maneira de estar na política. Outros não compreendem que o nosso papel aqui é fiscalizar a Câmara e votam cegamente. Votam cegamente sem questionar qualquer coisa, não questionam. Ou votam contra quando as propostas são nossas ou votam a favor quando as propostas são de outros.

Nós temos visto isto constantemente, e depois aparecem uns quantos adágios engraçados, como “botas velhas” e outras coisas, que classificam mais quem os diz do que quem os ouve.»

Declaração de voto do Grupo Municipal do PS proferida pelo Deputado Daniel Justo

“O Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta e ao mesmo tempo saudar este executivo, porque até que enfim, ao fim de 47 anos, vamos ter um novo quartel da GNR.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Neste momento, perguntou ao Presidente da Câmara se continuam a ter 3.0 e a 3.1, que faltava nome morada, se já existe essa informação por parte da Câmara.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Propôs que fosse retirada a 3.0 que tinha sido adicionada não se ponha e deixar-se permanentemente a 3.1, seguindo os trabalhos com toda a normalidade.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“E essa tem em o nome e a morada?”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Essa proposta, que todos os deputados municipais terão recebido, é aquela que está conforme e está em condições de ser votada.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“A Câmara é soberana nisso, portanto, a proposta não entra, aquela que foi pedida a admissão, e vamos votar a que já estava na ordem de trabalhos, a 3.1. Julgo que já toda a gente falou sobre o assunto, então vamos pô-la à votação.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Só para clarificar o que é que vamos votar, o que o senhor Presidente mantém é a proposta que tem a designação da Câmara nº 228/XIII/2025, que é a 3.1, que é a que estava inicialmente porque a outra foi adicionada.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta correspondente ao ponto 3.1 a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto não tendo sido manifestada qualquer intenção.

NOTA: Neste momento a Sessão foi suspensa por dez minutos para que a Conferência de Representantes pudesse reunir como havia sido anteriormente decidido.

Retomada a Sessão:

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“A decisão, por unanimidade da Conferência de Representantes, portanto, os líderes de todas as bancadas e o Deputado Independente, é que vamos continuar hoje e vamos suspender esta reunião, ou seja, vamos agora entrar, porque ainda temos tempo, no Relatório da Atividade Municipal, e depois suspendemos esta reunião e voltaremos segunda-feira, exclusivamente, para terminar este ponto, que é para dar o fim de semana, e mais a segunda-feira durante o dia, para as pessoas poderem ler o documento que agora não tiveram essa possibilidade.

Também se dá oportunidade à Câmara Municipal de poder trazer a outra proposta do IMI que agora, por qualquer motivo, não foi possível, porque se há uma pessoa que precisa disso e que está a ser prejudicada, mas deixaremos isso com a Câmara Municipal.

Portanto, o ponto 3.2 - Aprovação Final do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) da Moita já está, neste momento, na área reservada e na segunda-feira voltaremos aqui para continuar esta Sessão que vai ser suspensa, ou seja, não é uma segunda reunião, portanto, não há período de intervenção do público, que pode assistir, naturalmente, nem o período antes da ordem do dia. Não há nada disso, há apenas a continuação dos trabalhos, atendendo, extraordinariamente, ao período que estamos a começar, de começar a campanha eleitoral oficialmente. Portanto, segunda-feira, às 21h, estaremos aqui para este ponto e, se a Câmara quiser trazer, a Conferência de Representantes assim o determinou, a outra proposta de IMI pode trazê-la também que também a votaremos.

Vamos então passar para o Relatório da Atividade Municipal. Tem a palavra a Câmara Municipal.”

3.4 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da al^a c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013)

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“O trabalho realizado e efetuado ao longo deste trimestre que este dossier aqui nos fala, mas não só, todo o trabalho que temos vindo a desenvolver, fala por si nas mais diversas matérias e nas mais diversas áreas, por isso estamos ao dispor dos senhores deputados municipais para aquilo que eles acharem por bem e assim o entenderem.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocado relatório à discussão intervieram:

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

“Eu peço antecipadamente desculpa à Assembleia e a quem nos está a assistir, porque vou ter que me ausentar da reunião, mas não queria, por motivos pessoais, ir sem deixar, em nome da bancada da CDU, uma palavra de apreço para todas as comissões de festas e para a realização das festas que aconteceram durante todo este ano no nosso concelho. Aos trabalhadores, em particular, trabalhadores da autarquia, e também a toda a gente que colaborou, porque também houve muito trabalho voluntário nalgumas festas, das juntas de freguesia, portanto, das autarquias que promoveram as festas, mas, fundamentalmente, isso não acontecia sem a colaboração das comissões de festas e o trabalho voluntário, e também o trabalho dos trabalhadores municipais e trabalho dos trabalhadores das juntas de freguesia. A todos eles e a todas elas, o nosso apreço, o nosso agradecimento e o nosso bem haja.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Permitam-me só dizer que a continuação na segunda-feira, porque é por suspensão, não podem haver substituições, é as mesmas pessoas. Quem não puder vir, paciência.”

A Câmara Municipal já disse o que tinha a dizer, peço desculpa, sobre este ponto do relatório da atividade? Já fez a introdução foi senhor Presidente?”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Não vi aqui ser colocada qualquer questão.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Não, ainda não começou. O senhor já deu introdução que tinha a dar, é isso?”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Sim. Está a perguntar novamente e eu reafirmo, o documento é demonstrativo, neste caso, do trabalho que fizemos nos últimos 3 meses. Perguntando novamente, posso responder novamente. Muito foi feito nas mais diversas áreas, nas mais diversas matérias, basta verem e pesquisarem em todas as páginas, seja na vertente cultural, seja na vertente associativa, seja no facto de termos atraído entidades para virem aqui para desenvolverem a sua atividade, no qual, aproveito para destacar a série da RTP, “Salto de Fé”, que veio filmar aqui no Rosário, as diversas atividades culturais, o facto de termos concluído a pista de skate na Baixa da Banheira, uma coisa que era muito desejada pelos nossos jovens há muito tempo.

Também neste trimestre concluímos, neste caso, o novo espaço para os trabalhadores da área de educação, mas também o novo espaço para os trabalhadores da área da área social, para terem condições e melhores condições para poderem desenvolver a sua atividade. Ao longo deste mandato muitas foram as melhorias no que diz respeito aos equipamentos, para que os trabalhadores pudessem desenvolver a sua atividade. Quero-vos dizer que já não chove, através das janelas, no edifício municipal, a forma como recebemos, que chovia dentro do edifício. Agora, trocamos todos os vãos envidraçados, ou diga-se janelas, para que deixasse de chover, há uma grande poupança só a nível das toalhas que eram utilizadas, que podem ser utilizadas para outros fins ou dadas à ação social.

Por isso, houve um grande trabalho nas mais diversas matérias, seria redutor estar agora aqui a fazer referência ao mesmo. Estou disponível para qualquer questão que os senhores deputados municipais assim queiram colocar. Fico ao dispor.”

Colocado novamente o relatório à discussão intervieram:

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Já que o senhor Presidente da Câmara resolve não apresentar o documento, eu também resolvo não fazer perguntas. Faço apenas um comentário. Eu fiz aqui, rapidamente, uma pesquisa pela palavra túnel e aparecem zero referências, sobre a palavra festa aparecem cento e setenta e duas. Disse.”

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

“Eu queria aproveitar esta referência agora do Deputado João Figueiredo para dizer o seguinte. Quando se fala em túnel, foi feito um trabalho nos elevadores do túnel da chamada rua 13, rua 1º de Maio e, imediatamente, foi completamente vandalizado. Isto é inadmissível, exige maior vigilância daquele equipamento, porque até parece que é propositadamente vandalizado. Ali não se tratou de roubar nada, foi cortar, cortar e cortar. A sugestão que eu dava e, já agora, aproveitando uma referência que ouvi a escadas rolantes, é que não façam, é que se estuda a maneira de aplicar ali um tapete rolante porque, mesmo parado, facilita a subida e a descida das pessoas com carrinhos, com carrinhos de compras, com carrinhos de bebés, com outras coisas, que uma escada não permite. Todos sabemos que meter um carrinho numa escada é extremamente delicado.

Eu parece-me que a única solução que temos para ali, para além, se calhar, de uma acérrima vigilância das autoridades, será mesmo avançar, mais cedo que tarde, para um sistema de tapetes rolantes.”

Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

“Não queria deixar passar esta última Assembleia Municipal do presente mandato sem voltar a falar aqui de um assunto que já trouxe em tempos. Eu não compreendo, e muita gente também não compreende, por que razão, ou que mal fizeram aqueles jovens militares que tiveram que combater no Ultramar. Este país desprezou-os, ignora-os, isto é do conhecimento geral, é vergonhoso, a meu ver e na opinião de muita gente também. Pelo que, mais uma vez, eu deixo à consideração a possibilidade de aqueles jovens, os que lá morreram, os que vieram de lá mutilados, as famílias que ficaram sem eles merecem respeito, e penso que num concelho em que os nomes de ruas, por vezes, se repetem, há personagens que dão nome a várias ruas deste concelho, da mesma freguesia, três e quatro vezes por exemplo, há exemplos desses. Há datas que se repetem também, é a avenida, é a rua, é a praça,

é a praceta. O único nome alusivo ao Ultramar que tínhamos aqui era a praceta do Ultramar, até com isso acabaram, passou a chamar-se praceta 1º de Maio. O mesmo nome num largo do Palheiro e de ruas que há por aí. Nada contra o 1º de Maio, não é preciso é repetir tanto.

Eu penso que, de uma vez por todas, devia ser feita justiça, a exemplo do que acontece noutros concelhos. Cada freguesia deste concelho devia ter uma rua, uma praça, uma praceta, um lugar que dissesse rua Combatentes do Ultramar, uma homenagem coletiva àqueles que tiveram que combater à força, porque ninguém foi para lá de vontade, ao sofrimento dos seus familiares, aos que lá ficaram, e essa homenagem era extensiva também aos militares dos movimentos de libertação. Rua Combatentes do Ultramar não apenas diria respeito aos militares portugueses, mas também aos do movimento de libertação que lutaram, e bem, pelas terras deles.

Deixo isto à consideração, e espero que no próximo mandato a toponímia faça algo para corrigir aquilo que até aqui tem sido uma injustiça, penso eu.”

Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS

“Desde 2013, salvo erro, que me tenho batido para que no nosso concelho existisse o monumento aos combatentes do Ultramar, e foi com bastante alegria que, durante as festas da Moita, eu vi um monumento aos combatentes do Ultramar. Eu gostaria de saber e perguntar ao senhor Presidente onde é que esse monumento irá ser colocado, porque esse monumento representa, principalmente, os combatentes do nosso concelho, e não só, representa oitocentos mil combatentes, representa oito mil mortos e representa quinze mil deficientes. Portanto, é um monumento que todos nós, com certeza, devemos respeitar pelos nossos jovens que lá ficaram, e os que não ficaram, muitos ficaram deficientes para a vida inteira, e este Governo está-se borrar para os combatentes do Ultramar, portanto, obrigado senhor Presidente, e eu gostaria de saber onde é que esse monumento irá ser colocado.”

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Eu ouvi com atenção a intervenção do senhor João Soeiro e lembro-me que, naquela comissão eventual que foi formada para preparar as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, ficou no programa proposto para essas comemorações fazer-se, exatamente, o que o senhor João Soeiro estava aqui a dizer, que era um monumento aos combatentes da guerra colonial e aos combatentes do exército de libertação, porque foram todos para a guerra forçados, as pessoas não foram aqui para a guerra porque queriam, e não vieram de lá estropeados porque queriam, e esse monumento, essa memória é muito justa, e no nosso concelho temos muitas marcas desses tempos.

Essa proposta de ser efetuada nos 50 anos das comemorações do 25 de Abril ficou, como a maior parte delas, por fazer, mas também havia, antes disso, uma ideia de colocar um monumento no mesmo sentido na avenida 1º de Maio, entre a Baixa da Banheira e o Vale da Amoreira, mais uma vez, ficou sem efeito. Portanto, aparentemente, não é só o nosso governo que não quer saber de quem andou a combater na guerra colonial. E eu prefiro chamar guerra colonial do que guerra do Ultramar.”

Deputada Carmen Mafra do Grupo Municipal do BE

“No início deste mandato, eu ouvi falar na necessidade de se fazer uma auditoria ao executivo anterior. Agora, que estamos a terminar o mandato, eu gostaria de saber a que conclusões chegaram. Portanto, quatro anos acho que é tempo mais que suficiente para se elaborar uma auditoria e ter as suas devidas conclusões. Até hoje, pelo menos eu não tenho conhecimento de nada. Agradecia pois um esclarecimento da parte do executivo. Disse.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção no momento, passou a palavra à Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

«Vamos começar aqui pela última questão colocada pela senhora Deputada Municipal Carmen Mafra. Eu respondo-lhe com muito gosto à questão que acaba de me colocar, e quero-lhe dizer, e já respondi em outros fóruns, nomeadamente, na última reunião pública de Câmara. Nós sempre nos pautamos por um enorme rigor e por uma enorme separação de poderes entre aquilo que é as competências da Câmara Municipal e aquilo que é a competência dos outros órgãos de fiscalização, e neste caso em particular, o que nós fizemos quando assumimos as responsabilidades executivas da Câmara Municipal da Moita, foi pedir uma auditoria aos órgãos de fiscalização, mediante um conjunto de situações que

nós encontramos. Pedimos a vários parceiros, nomeadamente, algumas questões que levantámos, pedimos à CCDR, que nos respondeu sobre a forma mais correta de corrigir essas situações. Trouxemos sempre essas situações com enorme transparência à Câmara Municipal da Moita para que as mesmas fossem votadas e corrigidas, outras é que foram alvo de análise por parte da IGF, à qual pedimos uma auditoria.

A auditoria já está concluída desde o início do ano. Desde o início do ano aguarda homologação do senhor Secretário de Estado, que tem a responsabilidade de fazer a homologação dessa mesma auditoria. Posso-lhe dizer, e fica aqui transcrito em ata, publicamente gravado, mais uma vez, que tomei a liberdade, face às questões já colocadas noutra Assembleia Municipal sobre a possibilidade de estarmos a preparar uma atoada, a efabular alguma coisa contra uma pessoa, A, B ou C, a meio das eleições trazer cá uma coisa inesperada, tomei a liberdade de perguntar e ligar para o ministério que tutela esta área, para o senhor Secretário de Estado, e de lhe pedir e perguntar o ponto de situação, ao que ele respondeu dizendo que, fruto do ato eleitoral intermédio que tinha acontecido, pediu-me um que aguardássemos um pouco mais, para que ele homologasse o documento. Estamos à espera que o senhor Secretário de Estado homologue o documento.

Mas, posso dizer que aos visados nessa auditoria já lhes foi pedido pronúncia e terão dado as justificações que acharam por bem dar. E, fazendo alusão a isso, e por isso ser do conhecimento público, é que houve aqui um elemento do público que fez alusão a uma coisa que eu disse. A mim foi-me perguntado, por exemplo, porque é que tínhamos feito a intervenção na esquadra da PSP, na Baixa da Banheira, porque me foi pedido pelos elementos da esquadra da PSPS e nós fizemos a obra. A IGF perguntou à luz de que, neste caso, protocolo de comodato? Não existia. Nunca existiu. A minha resposta para os serviços da Câmara Municipal foi, não existiu, vamos fazê-lo rapidamente. Já lá estive a GNR, agora está a PSP, vamos avançar rapidamente para a execução desse protocolo para regularizar essa situação. Ao que me foi dito, o edifício não está registado, era um do rol daqueles mais de duzentos edifícios que estavam por registar. Por isso, tivemos de registar o edifício para depois, neste caso, tratar de fazer o protocolo com esta entidade.

Também disse nessa reunião que, se for obrigado a pagar os dez mil e oitocentos euros, a única coisa que eu vou pedir é para porem lá uma placazinha a dizer “pago pelo cidadão Carlos Albino”. Pelo cidadão. Agradeço, desde já, a solidariedade manifestada nessa reunião onde eu fiz essas declarações pelos demais vereadores, das demais forças políticas, relativamente a essa matéria em virtude de eu não ter tido culpa perante esta situação. Voltaria a fazê-lo. Fiz uma obra a favor da nossa população, e também é nosso dever e está no âmbito das nossas competências promover a segurança, e promovemo-la dessa forma, apoiámos as nossas forças de segurança. Por isso, que fique bem claro essa matéria e quais é que são as nossas opções.

E, aproveitando esta oportunidade para esclarecer, achei interessante que haja alguém que diga que é caro ou barato sem conhecer qual é que é o mapa de quantidade, qual é que é o âmbito da intervenção, mas isso só dirá respeito ao próprio.

Depois, quero agradecer as palavras do Deputado Municipal António Chora quando se refere à situação aviltante que aconteceu nos elevadores da rua 1º de Maio, na Baixa da Banheira. É algo que deve nos servir a todos de um sobressalto cívico, de não permitirmos que exista quem continue a degradar o património que é de nós todos, é coletivo, prejudicando um conjunto de pessoas que não merece, e que continue a sair impune, por isso, vamos pedir maior atenção por parte das nossas forças de segurança relativamente a essa matéria. Por essas e outras matérias é que, no âmbito da AML, está a ser tratado, até por sugestão do Presidente da Câmara de Lisboa, de forma a que possa ser tratado de forma coletiva, a possibilidade de lançamento de um concurso para instalação de câmaras de videovigilância, porque sabemos todos que é um processo bastante burocrático, e aquele seria, certamente, um local a eleger para isso mesmo.

Quanto à solução de passadeira rolante, ou escada rolante, não estando eu aqui nesta função, mas tendo eu os conhecimentos dessa matéria, e até porque andámos a ver e a estudar juntamente com os serviços qual é que seria a melhor opção, dizer que a passadeira rolante só admite uma inclinação até doze graus enquanto que a escada rolante permite uma inclinação até trinta e cinco graus. Tendo em conta o vão disponível, a área disponível, a localização disponível, o pé direito do túnel, as obras que são necessárias, do ponto de vista da engenharia, e de projeto, só é possível a solução de trinta e cinco graus, ou seja, escada rolante. Eu, e todos, qualquer um gostaria de optar pela passadeira rolante, mas a passadeira rolante é doze graus, e se não for rolante é seis, por isso, temos que ter esse conhecimento técnico para poder tomar a decisão.

E, porque antes de tomarmos qualquer decisão, e só é sério fazer uma proposta, seja sobre aquilo que for, se os responsáveis, os atores políticos, souberem o custo dessa proposta, também temos um orçamento que versa na ordem dos trezentos e oitenta mil euros. Por isso, são trezentos e oitenta mil euros já orçamentados, que achamos que a população da Baixa da Banheira merece ter esta solução,

sendo uma solução complementar com o elevador. Uma solução de complementaridade é aquilo que advogamos para aquele local, esperando que exista civismo e urbanidade por parte de todos, coisa que, por vezes, tem faltado aqui nas nossas reuniões, quer de Câmara, quer da Assembleia Municipal, como já visto hoje, mas esperamos que possamos trabalhar de forma coesa, unida, a bem daquilo que é de todos. Isso é aquilo que, neste caso, advogamos e defendemos.

No que respeita à questão falada sobre a homenagem aos nossos antigos combatentes, quero dizer que o município da Moita já tem um lugar por excelência. Só a falta de memória, ou o ziguezaguear das propostas do Partido A, B ou C, é que pode levar a este tipo de situações, de colocar uma estátua na avenida 1º de Maio quando o largo dos Combatentes, na Moita, precisa de ser requalificado e dignificado. E eu acho que é ali, aquele local, largo dos Combatentes, que existe na Moita, tem o nome, que deve estar essa peça escultórica que a Câmara da Moita adquiriu., e que possa ser colocado essa estátua, com os nomes de todos aqueles portugueses que caíram em combate, para que nas datas e nos momentos do ano em que se justifique, possamo-nos dirigir lá e fazer a justa homenagem. E, para que sirva de memória, como elemento de memória, tanto para as atuais como para as futuras gerações, porque nos devemos esquecer do custo da guerra.

Bem sei que, para algumas das atuais gerações pode ser muito interessante jogar alguns jogos de computador, mas a guerra, naquilo que é real, traz muita dor, muito sofrimento a todos, um sofrimento incomensurável, e uma destruição da sociedade e do tecido social do país, das comunidades, porque eu acho que devemos continuar a defender a paz. Por isso, cada vez que olharmos para aquela imagem, e para a expressão daquela imagem, que nos lembremos que é tão melhor vivermos no nosso país, em paz e em tranquilidade, e esperemos que essa paz se possa perpetuar por muito tempo, apesar de haver no horizonte nuvens negras que queremos que não cheguem aqui ao nosso país. Disse.»

Colocado novamente o relatório à discussão intervieram:

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Eu só tenho aqui uma dúvida. Eu não estava a falar daquele túnel em particular, estava a falar de todos os túneis, porque há vários túneis que precisam de limpeza, ou melhor, há muitos túneis que precisam de limpeza no nosso concelho. Aquele túnel é um deles, mas os elevadores estão avariados naquele túnel, em particular, há mais de um ano. Nós somos contra todos os atos de vandalismo. Sempre fomos, continuamos a ser, e acho que é algo, como o senhor Presidente disse, que atenta contra o bem-estar de todos nós, portanto, nós estamos completamente solidários com a Câmara e repudiamos completamente qualquer ato de vandalismo. Mas, lembrar que aqueles elevadores, também com atos de vandalismo, estiveram mais de um ano sem funcionar, portanto, o problema não foi agora só este. Este é só mais um.

Queria também fazer aqui uma pergunta ao senhor Presidente, porque fiquei aqui com uma dúvida. O senhor Presidente falou num largo da Moita, dos Combatentes, e eu tenho a impressão, posso estar enganado, e daí a pergunta, que o largo dos Combatentes que o senhor Presidente se estava a referir era ao largo dos Combatentes da Grande Guerra, que não é, exatamente, a mesma coisa que nós estávamos a falar. Nós estamos a falar da guerra do Ultramar, portanto, são duas coisas diferentes. Estamos a falar da guerra colonial que aconteceu ainda nas nossas gerações, a Grande Guerra é a Primeira Grande Guerra, portanto, são duas coisas diferentes.

E depois, queria também lembrar em relação aos processos, porque se disse aqui, aliás, não se disse, insinuou-se aqui muita coisa, é que o único autarca que nos últimos anos, assim que eu me lembre, também não me lembro de mais nenhum ter sido alguma vez condenado, foi o senhor Presidente Carlos Albino, que foi condenado pelo Tribunal de Contas por erros processuais. Foi a única pessoa, que eu me lembre, e estou há muitos anos aqui na Assembleia Municipal, a única pessoa que eu lembro foi condenada.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se havia mais intervenções. Não havendo perguntou ao senhor Presidente da Câmara se queria intervir.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

«É o seguinte. Limpeza de túneis. Eu não vou falar aqui de quando estávamos na oposição e víamos a mãe de um autarca limpar o túnel da Baixa da Banheira em recurso. Não vou trazer à memória esse tempo. Nós desenvolvemos o trabalho com normalidade, verificamos que a densidade populacional da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira aumentou, e muito, é necessário, cada

vez mais, o empenho, cada vez maior, dos nossos serviços, e ainda há pouco, espero não estar a cometer nenhuma inconfidência, me alertavam para o fluxo constante de pessoas que, por bem, vêm para o nosso município trabalhar, e que, todos em conjunto, acabamos por produzir e acabam por produzir mais lixo, e que temos que fazer ações de sensibilização constantes. E é verdade, temos que fazer ações de sensibilização constantes. Temo-la feito, mas também aqui, em algum momento, teremos que ter ações de outra natureza, até para que quem não cumpre perceba que é penalizado quando não é cumprido.

Quanto à campanha difamatória que a CDU fez a meu respeito, a dizer condenado pelo Tribunal, foi um erro processual, que não foi da minha autoria, mas cabe ao Presidente da Câmara pagar. Diz lá que não houve dolo, não há dolo, não houve penalização financeira nenhuma para a Câmara Municipal, mas cabe ao Presidente da Câmara, quando a informação não é enviada, cabe ao Presidente da Câmara pagar. Tudo bem. Não o imputei a terceiros. Não imputei a responsabilidade a terceiros. Agora, eu ficaria muito mais preocupado, com coisas que eu vi no início deste mandato, e aguardo tranquilamente pela auditoria, de coisas pagas sem o procedimento. É assim, erros gravíssimos do âmbito da contratação pública. Isso sim, é grave. E está lá escrito, e houve o cuidado de levar isto e depois trazer à Câmara Municipal para dizer assim “meus senhores, está aqui a fatura da despesa que foi feita, é para ser paga, não existe o procedimento que deu origem a esta a esta fatura, como é que resolvemos?” A CCDR diz “foi processado o serviço tem que se pagar”, e eu levei a Câmara Municipal a proposta para que se fizesse o pagamento dessa mesma fatura.

E, no dia que eu levei à Câmara Municipal para que se pagasse essa e outras faturas, os senhores vereadores que tinham responsabilidades à época, e que deviam estar solidários com quem agora estava à frente do município, levantaram-se e foram-se embora. Por isso, está gravado, pode ser visto, as pessoas levantaram-se e foram-se embora. E podia-lhe dizer aqui outras coisas. Pode-se falar aqui de outras situações, de outras áreas da governação, que levantaram imensas dúvidas, que estão a ser e foram acompanhadas por quem de direito, e quem souber responder responda por si. Por isso, o que nós não fazemos é um licenciamento numa zona que obriga a um plano de pormenor, numa UOPG, e nós fazemos um licenciamento sem fazer um plano pormenor para aquela área. Isso nós não fazemos, mas foi feito no passado.

Por isso, meus senhores, eu pelo menos, se pagar, é por uma coisa de outros, agora os senhores não sei. Disse.»

Colocado novamente o relatório à discussão entrevistaram:

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“O senhor Presidente pode contorcer-se à vontade porque é, realmente, o único autarca que foi autuado, e foi por incompetência sua. É o que está escrito. É o que está escrito na deliberação e depois confirmado no Tribunal de Contas. É incompetência.”

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“Só queria fazer uma pequena ressalva. Muito se fez nos passados quatro anos, mas tanto ainda há por fazer, de onde destaco as dezenas de viaturas que, muitas delas, já participei à Câmara Municipal, e que se encontram ainda abandonadas na via pública, vegetação que se encontra por cortar, a situação da Ponte de Pedra na Ville Plaisir que se encontra ainda por resolver, tantos buracos na via pública ainda por tapar, como verificamos, por exemplo, na rotunda do topo das Fontainhas, na avenida 1º de Maio, a ciclovia que liga à ETPM por concluir, as diversas toneladas de entulho que se encontram na área do município sem fiscalização qualquer, ou nenhuma mesmo. São estas e outras situações que, além do que foi bem feito, também algumas coisas foram bem feitas, não é só falar mal, espero que, no futuro, sejam resolvidas o mais célere possível para bem da população.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Mais intervenções? Não havendo, vamos então suspender aqui esta Sessão, e voltaremos a continuá-la às 21 horas de segunda-feira. A ata em minuta será lida lá, naturalmente, porque isto é uma continuação.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Queria só dar a palavra à Vice-Presidente Sara Silva para fazer um breve apanhado daquilo que foram as nossas atividades culturais, nomeadamente, as festas, num agradecimento, uma coisa rápida e simples, se assim o permitir.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Faz favor senhora Vice-Presidente.”

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

“Peço desculpa, já em fase final desta sessão, mas não queria deixar a oportunidade para também, e tal e qual como fiz na última reunião de Câmara, enaltecer também o trabalho de todas as comissões de festas, e dar também aqui um breve panorama daquilo que foram as festas da Moita, enaltecer o trabalho, de facto, destes homens e destas mulheres que, desinteressadamente, trabalham em prol das suas comunidades e que organizam as festas que temos por todo o concelho. E antes de agradecer ao conselho coordenador, queria também só aqui referir que o senhor Deputado João Figueiredo leu muito bem que no nosso relatório trimestral veio 172 vezes a palavra festa. Ainda bem que festa é um bocadinho contraditório aquilo que refere em relação àquilo que o seu colega de bancada disse, por que enalteceu, de facto, o trabalho das comissões de festas. E, estas 172 vezes, é fruto daquilo que é valorizarmos a cultura do nosso território e é também o trabalho das comissões de festas que fazem, ao longo destes 4 meses do período de verão, estas festas e muito bem. Portanto, se leu, leu muito bem e ainda bem que leu, porque também evidenciamos aquilo que é as nossas festas, as nossas tradições e a nossa cultura, e acrescentamos valor ao comércio local.

Continuando, queria também agradecer ao conselho coordenador das festas da Moita, que proporcionou a todos estas festas que aconteceram sem qualquer incidente e sem ocorrências, também muito pelo aquilo que foi o nosso investimento em assistência médica e na segurança, que proporcionaram que todos pudessem viver com tranquilidade e com segurança estes que foram os 10 dias de festas na Moita. Agradecer também aos bombeiros, proteção civil, GNR, aos feirantes, ao comércio local e, claro, aos trabalhadores da autarquia.

Fizemos, ao longo deste tempo, um trabalho de excelência em prol da nossa cultura, das nossas tradições e das nossas raízes, e é precisamente isto que deveremos aqui hoje evidenciar e louvar quem trabalha em prol desta cultura e destas tradições.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Dou assim por suspensa esta Sessão e continuaremos às 21 horas com o ponto que falta, ou os dois pontos, se a Câmara resolver trazer o outro da outra questão do IMI.”

Retomada a Sessão:

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Vamos recomeçar a Sessão, atendendo à suspensão em conformidade com a decisão da Conferência de Representantes, que decidiu para o dia de hoje interrompermos na sexta-feira, e continuarmos a mesma Sessão de sexta-feira.

Há aqui uma alteração. O representante do PSD, que na sexta-feira não lhe foi possível estar presente, não se fez substituir e hoje pretendeu vir à Sessão e participar neste ponto, e é um direito que lhe assiste, não tendo sido substituído, porque substituições é que não eram possíveis fazer, e então estará presente.

Vamos então ao ponto 3.2 – Aprovação Final do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) da Moita. Normalizado que foi o Plano, e que ficou à disposição de todos a partir da noite de sexta-feira, neste momento, todas as pessoas têm condições de poderem discutir e votar este documento.

Tal como foi referido na sexta-feira, e eu tenho conhecimento pessoal, o senhor Deputado João Figueiredo pediu escusa de participar na discussão. Eu, por acaso, pessoalmente, mas isso vale o que vale, tenho pena porque ele é um conhecedor disto, mas participou profissionalmente neste documento, portanto, disso está impedido.

Vou então dar a palavra à Câmara Municipal para introduzir este assunto e depois começaremos o nosso debate.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“No que respeita a este momento, apraz-me dizer previamente uma nota prévia, que a Câmara Municipal da Moita submeteu voluntariamente para consulta pública o Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) da Moita, visando reforçar a metodologia participativa de elaboração deste documento estratégico, com a deliberação para submissão do ato público no dia 29/05/2025, e depois decorreu num prazo de 30 dias consecutivos a sua consulta pública entre o dia 2/06/2025 tendo

encerrado a 1/7/2025. Por isso, este documento há muito tempo que foi dado, a um de julho terminou a consulta pública, por isso, vejam bem há quanto tempo é que este documento já é público, e desde aí ficou para sempre em consulta na página do município para quem o quisesse consultar.

O PMAC da Moita pretende dar resposta aos requisitos normativos e legais estabelecidos pela Lei de Bases do Clima, ou seja, é uma obrigatoriedade legal no contexto da política climática e implementação das metas setoriais relevantes, ou seja, para irmos de encontro àquilo que o Estado português propõe no âmbito da União Europeia. Através do Plano Municipal de Ação Climática da Moita, o município define linhas de atuação para alcançar as seguintes metas: redução das emissões de CO2 em pelo menos 55% até 2030, em relação ao valor de 2005, e redução das emissões de CO2 equivalentes em pelo menos 60% a 75% até 2040, em relação ao valor de 2005, e até 2050 chegar a uma neutralidade carbónica.

O que eu vos posso dizer, não obstante estas metas e estes valores aqui apresentados, e deste plano aqui lançado, a ação do município, ou seja, a ação prática que o município tem levado a cabo, seja pela adoção de viaturas, neste caso, elétricas, como também agora apostarmos e termos lançado um investimento para o autoconsumo, o nosso objetivo é cumprirmos estas metas da neutralidade carbónica o mais rapidamente possível, muito antes de qualquer município da Área Metropolitana de Lisboa, por isso vamos continuar a trabalhar.

Isto era uma obrigatoriedade legal, mas o que, para além da obrigatoriedade legal, está à nossa responsabilidade, individual e coletiva, continuamos a ser muito mais ambiciosos, para lá de qualquer estudo. Era o que apraz dizer relativamente ao mesmo.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

“O senhor Presidente da Câmara, referiu, e é verdade, este documento é uma obrigação legal, tal como a participação e o período de discussão pública também é uma obrigação legal, e foi cumprida. E, da nossa parte, também queremos aqui sublinhar que estamos aqui, novamente, a analisar com outra profundidade este documento, a versão final do documento, e em boa hora a Assembleia acedeu, e concordou por consenso, que hoje aqui estivéssemos, porque de outra forma não estaríamos a cumprir aquilo que é a ação fiscalizadora e aquilo que é o papel da Assembleia Municipal na aprovação do documento final, o qual deve integrar as alterações.

Dizer que, da nossa parte, consideramos que o documento é um bom documento, pode não ser o melhor plano do mundo, mas este tipo de documentos são evolutivos e, naturalmente, depois de aprovado, têm que ser implementados e têm que ser sistematicamente monitorizados e adaptadas as metas, as medidas e os objetivos, em função dessa monitorização.

Destacar apenas aqui há dois aspetos, porque não partimos de agora, não é um documento elaborado agora, é um documento que vai buscar um trabalho que a autarquia tem feito ao longo de vários mandatos, ao longo de vários anos. Vejamos, por exemplo, no caso da iluminação pública, na página 46 do documento, é dito aqui, e queria apenas destacar este aspeto, há outros que poderia também referir igualmente positivos, mas, por exemplo, o consumo de energia da iluminação pública em 2005 para 2021 reduziu 56%. E porquê? Se calhar, passou despercebido a muita gente, mas a Câmara Municipal fez o investimento, neste caso, uma empresa de serviços energéticos, para mudar tudo o que era luminárias obsoletas do concelho. Ou seja, a E-redes teria a obrigação de renovar toda a rede de iluminação pública e luminárias antigas de vapor de mercúrio, ou vapor de sódio, mas que ainda existiam, e estava a fazer aquilo a pequenas prestações. Porquê? Porque o município estava a pagar, a E-redes vende energia e esse era o negócio.

O município adiantou se, fez um investimento muito grande na renovação de toda a rede de IP para luminárias led, e isso traduziu-se numa redução de consumos de 56% e, naturalmente, o proporcional à redução de emissões de CO2, mas também referir aqui um aspeto, e ainda na última sessão, e eu não estou a comenta declarações de voto, foi dito aqui que foram plantadas centenas de árvores neste mandato, mas, de facto, a plantação de árvores, não sei se foram centenas, se foram dezenas, a verdade é esta, é que existem muitas caldeiras, existem muitas árvores, muito espaço verde por plantar no nosso concelho, e isso é importante porque é um sorvedor de carbono. Portanto, nós não poderíamos estar mais de acordo também com um dos contributos, ou com os contributos, aliás, que são aqui colocados nos períodos de discussão pública, nomeadamente, aquele que refere um plano

verde para a Moita com a inclusão da ação de arborização urbana estratégica para apoiar e combater as alterações climáticas, com benefícios para captar carbono e reduzir calor.

Está estudado, está provado, que uma das medidas importantes para reduzir o impacto das alterações climáticas no meio urbano e reduzir as ondas de calor, o impacto das ondas de calor, é, exatamente, aumentar a área verde, neste caso, a área a verde urbana e, nomeadamente, a plantação de árvores. Mas, registre-se, e não estamos aqui a discutir isso, eu sei, e já numa outra ocasião da discussão dos atos da Câmara foi aqui colocado, por exemplo, e dou este exemplo na Moita, na avenida Luís de Camões, existem, eu contei-as, andei a contar uma a uma, mais de 35 caldeiras para árvores para plantar. Foram árvores que já lá existiam, por várias razões, elas foram caindo, foram-se danificando, por acidentes, por intempéries, a verdade é esta, estas árvores não foram repostas. E, se nós passarmos pelo concelho, em muitas outras freguesias, em muitos outros locais, verifica-se exatamente a mesma coisa.

Ora, isto, de certa forma, é um contra senso a esta medida que aqui está apontada neste plano, e esta medida fundamental de sorvedor de carbono e de mitigação das alterações climáticas, e que apelava aqui que o próximo executivo tivesse, exatamente, como medida fundamental, esta medida.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro, no uso da palavra pelo Grupo Municipal do PS

Queria dizer que também tive a oportunidade, realmente, de ler este documento que não que não conhecia, também concordo que ele está bem elaborado e deixa, realmente, um conjunto de perspetivas para o futuro que são importantes. Baseia-se ali em alguns números, mas eu também compreendo que eram os números oficiais a 2021, não sei se viram, mas a Pordata fez, recentemente, aquilo a que eles chamam os retratos das autarquias nos concelhos do país, e a Pordata diz-nos que o concelho da Moita, nestes últimos 4 anos, cresceu 3373 residentes. Dizem aqui, e não sei ao que é que se refere, decorrente de um saldo natural igual a menos 94 e de um saldo migratório igual a mais 3467. São 5%, e é importante porque se o concelho crescer, estes números, os estudos e tudo, devem entrar em linha de conta com isso. Não sei se houve fatores ponderatórios, provavelmente, existirão, mas isto é, realmente, importante.

Outra das coisas que eu achei nesse relatório da Fundação Manuel dos Santos, da Pordata, é que o nosso nível literário, ou de literacia, que aqui também é falado no relatório, é preocupante. Em termos nacionais, estamos abaixo da média nacional, e temos, realmente, um número muito baixo de pessoas com ensino superior e mesmo de pessoas que terminam a escolaridade média. Não sei se as pessoas souberam, eu recebi um mail com estes dados, podemos enviar para todos se não conhecem, porque acho que há números atualizados a 2024 que serão importantes considerar. Seja como for, estes dados que são referidos no relatório são importantes para uma reflexão porque, para tudo isto que se pretende atingir, é importante que tenhamos cada vez mais maior literacia no concelho, maior civismo, portanto, pessoas mais conscientes, porque a questão ambiental não é uma questão de esquerda ou de direita, não é uma questão de velhos nem novos, é uma questão de futuro e sustentabilidade do nosso planeta.

Portanto, todos temos que fazer a nossa quota parte e o concelho da Moita tem que fazer a sua. Nós é aqui que vivemos, os nossos filhos e netos no meu caso, e de algumas pessoas que aqui estão, e o que pretendemos todos é dar as mãos para que consigamos ter um concelho mais sustentável, portanto, este documento está de parabéns.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara a seu pedido.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Queria assinalar aqui uma coisa muito simples e de forma muito rápida e sintética, e dizer que, ao longo deste mandato, já plantamos mais de 500 árvores. Eu bem sei que poderiam ser muitas mais, mas havia necessidade de suprir lacunas em muitas outras áreas, também de enorme importância e relevância, nomeadamente, na rede de esgotos, na rede de abastecimento de água, na rede viária, havia muita coisa para recuperar. Vejamos também nos polidesportivos que nós recuperámos, nos parques que foram recuperados, por isso, as carências e as necessidades ao longo deste mandato foram mais que muitas.

Vejamos, só para repor as árvores no parque Zeca Afonso, plantamos 189 árvores. Vou-me voltar aqui a repetir. Naquele alinhamento arbóreo junto à Junta de Freguesia da Baixa da Banheira, ao polo da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, havia todo um conjunto de cepos e que foram todos retirados para plantar novas árvores. Depois, numa das pontas do parque, também havia um conjunto de palmeiras que foram todas replantadas junto ao coreto, junto ao café, e passo a

publicidade, Cristinas, também tinham as palmeiras todas degradadas e foram colocadas. Nos Amigos do Mar, foram colocadas palmeiras novas, em Sarilhos Pequenos também foram colocadas palmeiras novas, e podíamos continuar a dar a lista, e a lista, e a lista, e a lista de coisas, de caldeiras e de cepos que vocês nos deixaram.

Os cepos foram tantos ou tão poucos que a Câmara Municipal teve que comprar um destroçador de cepos só para resolver o que existia sem degradar a calçada, porque depois de se retirar os cepos mortos obriga a remover as raízes para poder replantar novo, e então tivemos que comprar uma máquina destroçadora de cepos, mas não foi só aí. Também árvores doentes como na Vinha das Pedras, onde foram todas retiradas e todas replantadas a bem da população, por isso, houve um trabalho hercúleo enorme. E, porque sabemos que continuam a fazer falta muitas, muitas árvores, temos perspetivado continuar a plantar novas árvores e é esse o trabalho que se pensa em fazer.

Depois, quando se fala aqui no trabalho, há pouco tempo vi uma crítica relativamente à metodologia da opção para atingirmos a neutralidade carbónica dos nossos edifícios, do nosso consumo de energia vir de fontes renováveis. É a mesma metodologia que a CDU utilizou no passado para a luminária pública. Foi uma concessão, a vários anos, era possível reduzir os tais 50% do consumo, como aqui foi dito, mas a Câmara Municipal não recebe na sua fatura todo esse diferencial. Porquê? Porque vai para pagar à entidade concessionária que fez a troca das luminárias. Depois, é o seguinte, não sejamos naïfs neste tipo de intervenções, porque se é verdade que quem fez o estudo não comenta, não fala, não intervém, sopra qual um grilinho falante ao ombro do colega do lado.

Eu ouvi todos com um enorme respeito por todos e enorme silêncio, por isso as opiniões são o que são. Por isso, deixar bem claro, para não sermos ingénuos nas intervenções que fazemos, naquilo que dizemos e na forma como estamos na vida e como estamos no espaço público. A política faz-se de verdade, faz-se de dizer as coisas como elas são, sem subterfúgios e sem esquemas.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Passou a palavra ao Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU que pediu a defesa da honra.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

«Isto é defesa da honra porque chamar “grilinho falante” a alguém não fica bem a um Presidente da Câmara, neste contexto em particular. Neste contexto e noutros contextos. Mas, o que acontece é que, ao contrário daquilo já foi aqui afirmado e insinuado, eu não estou, de todo, impedido de falar sobre esta proposta. Eu achei que, como intervim nela profissionalmente, não devo aqui nesta Assembleia pronunciar-me sobre ela, e não o farei, tal como não fiz aqui em relação aos meus colegas está bem?

É para a coisa ficar aqui muito clara, porque isto do “grilinho falante”, nós aqui deste lado também ouvimos, não são grilos, não são cucos.»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se mais algum membro pretendia intervir.

Colocada novamente a proposta à discussão intervieram:

1ª Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

“Eu queria dizer em relação a isto o seguinte, nós gostámos do que lemos, daquilo que vimos durante este fim de semana e, na realidade, aquilo que o deputado Faim aqui disse tem alguma razão de ser. Eu recorde, por exemplo, a Baixa da Banheira, que tem um parque na zona norte muito bom, com muito arvoredo, onde foram plantadas algumas árvores, mas tem uma zona sul completamente desarborizada. E aqui o que é que se faz? Até agora nada. Portanto, era bom que, para o futuro, e na base deste plano e destes objetivos, se conseguisse arranjar uma zona arborizada na zona sul da Baixa da Banheira, que tenha em atenção aquilo que é a dimensão da freguesia neste momento, porque se formos para o Vale da Amoreira, e que ainda há pouco ardeu quase o resto do pinhal que lá havia, portanto, há uma necessidade de equilibrar as coisas ali.

E, espero que este debate continue a decorrer com o urbanismo necessário, porque há quem tenha sempre a particularidade de querer estragar tudo.”

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

“Eu queria só recomendar ao Presidente da Câmara que fizesse o favor de ler o plano, porque ele, na intervenção dele, referiu aqui um aspeto que não pode passar despercebido, porque enalteceu a plantação de algumas árvores, não sei se foram 500, se foram 100 ou 50, é verdade que faltam muitas. Isso é a realidade, é o que nós vemos, mas, acima de tudo, falou em plantar palmeiras novas, ora, isso é aquilo, exatamente, que o plano aponta como não se deve fazer, deve-se apostar na floresta autóctone, naquilo que são a biodiversidade natural típica da nossa península. As palmeiras só têm trazido prejuízo para a nossa agricultura e para a nossa biodiversidade urbana. Lembro, por exemplo, o bicho da palmeira, que estava a dar cabo de uma série de palmeiras e de arvoredos.

Portanto, senhor Presidente, palmeiras não por favor. Leia o plano se faz favor.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara a seu pedido.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Muito rapidamente, quando falamos aqui em palmeiras foi para repor aquilo que a CDU tinha plantado e que se tinha perdido. Por exemplo, como é que queriam que a Câmara Municipal fizesse, em Alhos Vedros, onde há uma rotunda que é reconhecida como a rotunda da palmeira? Queriam que eu plantasse lá o quê? Um sobreiro? Uma azinheira? É a rotunda da palmeira, sempre foi rotunda da palmeira, então é óbvio que, requalificando aquela rotunda, tirando aquela palmeira que lá estava morta, tinha que pôr uma nova. No largo do Descarregador, em Alhos Vedros, tinham lá palmeiras, o que é que queriam que eu lá pusesse? Retirasse as palmeiras que lá estavam? A CDU que responda por isso junto dos eleitores que estão habituados a terem aquelas palmeiras. O Centro Comercial das Palmeiras é para ter palmeiras, aqui na Moita é conhecida dessa forma. Foram os senhores que plantaram as palmeiras, não foi o PS que plantou as palmeiras.

Por isso, nós, óbvio, quando uma morre por causa do escaravelho, vamos escolher uma palmeira daquela espécie nova que já não é afetada pelo escaravelho, por esse bicho, e é isso que nós temos vindo a fazer.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se mais algum membro pretendia intervir.

Colocada novamente a proposta à discussão intervieram:

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

“Eu vou ser breve e não quero, de maneira nenhuma, entrar em diálogo com o senhor Presidente, mas, mais uma vez, o senhor Presidente desconhece a realidade do concelho. As palmeiras do Centro Comercial Palmeiras são centenárias, elas já existiam lá desde o tempo da minha bisavó, e as que foram caindo não foram sendo substituídas, e bem, porque a CDU, há cento e tal anos, não existia, por isso de certeza que não plantou essas palmeiras que, entretanto, tiveram que ser removidas senhor Presidente.

E, já agora, obviamente, todas as coisas têm uma época própria, e uma época própria em que há uma aprendizagem que é coletiva e, obviamente, nos executivos da CDU foram feitas coisas que não são positivas. Olhe, por exemplo, a prazo, a tempo, a plantação de palmeiras excessiva, como aconteceu um pouco por todo o país, de norte a sul. Agora, passado 50 anos repetir o mesmo erro, senhor Presidente, isso aí é que já não é nada. É criticar o mal que os outros fizeram, mas insistir no mal que os outros fizeram. Isso tem uma palavra, que é burrice.”

Deputado Daniel Justo do grupo Municipal do PS

«Estamos aqui a falar de árvores e eu, sinceramente, fico assim bastante admirado porque a CDU nunca respeitou o problema das árvores. É que nós temos o parque Zeca Afonso, em que foram plantadas árvores que criam enormes raízes que nos levantam o asfalto, e depois vimos para aqui falar em árvores? Dizer sobre o problema das árvores que faltam árvores? Faltam árvores, mas as árvores que faltam agora não morreram em 4 anos, já estavam mortas. Mas, a CDU, tem muito esta do chamar como se fosse agora o PS que deixasse morrer as árvores. Não, elas já estavam mortas, já estavam muitas mortas e continuam a estar mortas, mas, com certeza, vão ser plantadas. Já foram plantadas, como o senhor Presidente disse, e muito bem, à volta de 500 em 4 anos.

Agora, a CDU gosta muito de frisar “no tempo da CDU é que era bom”, no tempo da CDU foi uma miséria, não tenham dúvidas. Eu continuo a dizer, o que foi herdado, continuo a dizer, foi uma bota engraxada, muito bem engraxada para esconder as solas rotas por baixo. Esta é que eu continuo a dizer e é a realidade. Não tenham dúvidas. Foi esta a grande herança que o PS recebeu. É verdade. Tenho dito.»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta correspondente ao ponto 3.2 a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Grupo Municipal da CDU proferida pela Deputada Mónica Ribeiro

“Nos termos do artigo 14º, nº 2, da Lei nº 98/2021, de 31 de dezembro, Lei de Bases do Clima, que estabelece a obrigatoriedade de todos os municípios aprovarem um plano municipal de ação climática. Este plano é um instrumento fundamental para que o nosso concelho assuma um compromisso concreto com a mitigação e adaptação às alterações climáticas, alinhando-se com os objetivos nacionais e internacionais, como roteiro para a neutralidade carbónica 2050, no qual se inclui o Plano Nacional de Energia e Clima 2030.

O Plano Municipal de Ação Climática da Moita estabelece medidas específicas para o território do município da Moita, para reduzir emissões de gases com efeito estufa, aumentar a eficiência energética, valorizar os espaços verdes e reforçar a resiliência do território às alterações climáticas, e integra ainda preocupações como o combate à pobreza energética através da promoção de uma transição energética justa, assegurando a participação da população e dos agentes locais em práticas ambientalmente responsáveis.

Os objetivos de redução das emissões de gases com efeito de estufa em 55% em 2030, tendo como base o ano 2005, é um objetivo ambicioso que só é possível com a intervenção do Estado, em áreas tão importantes como os transportes e mobilidade, ou na participação ativa do Estado na produção de energias renováveis, sendo que, neste último, as políticas dos governos PS, PSD e CDS abandonaram em contra ciclo com o resto da Europa.

No concelho da Moita, a CDU, tem no seu programa eleitoral para o próximo mandato autárquico plantar cerca de 10000 árvores. Este é um plano que decorre de obrigações legais, mas é um plano que traça um caminho positivo para o nosso concelho e para o país, e são estes os motivos que nos levam a votar favoravelmente esta proposta.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Antes de passarmos à leitura da ata em minuta, permitam-me, porque é a nossa última Sessão, agradecer a todos, seja de quadrante político fosse, a participação que tiveram neste mandato na Assembleia Municipal. Foi um mandato rico em debate, com alguma pimenta e algumas picardias à mistura, mas parece-me que foram todas dentro da urbanidade que é necessária. E, como Presidente desta Assembleia, podem crer que vos leve a todos no coração, como pessoas de bem e pessoas de muito valor, fossem de onde é que fosse, que ajudaram a engrandecer o concelho da Moita. Para aqueles que agora nos irão abandonar, e irão alguns, não desistam do nosso concelho. Para aqueles que continuam, continuem a lutar pelo nosso concelho, seja qual for a proveniência. Muito obrigado a todos.”

Em seguida, deu por concluída a Ordem de Trabalhos e deu indicação à 2ª Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

A ata em minuta da presente Sessão foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a Sessão, eram vinte e uma horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e cinco.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

António Duro

António Chora

Ana Costa

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA			
XIII MANDATO 2021 - 2025			
LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 28.06.2025 A 29.09.2025			
EM CONFORMIDADE COM O Nº6 DO ARTIGO 47º DO REGIMENTO			
Nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
083	01-07-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 25.06.2025
084	14-07-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 25.06.2025
085	14-07-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Pedido de renovação de isenção IMI nos termos da alínea a), n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais
086	24-07-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião extraordinária realizada no dia 21.07.2025
087	04-08-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 23.07.2025
088	08-08-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 06.08.2025
089	02-09-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Concurso Público n.º 19/2025 - Cedência temporária de espaços/instalações Municipais (coberturas dos edifícios, outros equipamentos e solos) para instalação de unidades de produção para autoconsumo (UPAC) com vista a criação de autoconsumo coletivo e comunidade de energia renovável - Ratificação dos atos praticados pelo Presidente da Câmara Municipal da Moita; Aprovação final do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) da Moita
090	02-09-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 27.08.2025
091	03-09-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Convida para a sessão de instalação e 1ª reunião do Conselho Municipal da Saúde da Moita
092	16-09-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 10.09.2025
093	22-09-2025	Cláudia Sofia Alves Dias Fera	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 26 de setembro
094	22-09-2025	Eduardo Jorge Meruje Teixeira	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 26 de setembro
095	22-09-2025	Maria de Fátima Coelho Dâmaso	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 26 de setembro
096	22-09-2025	Miguel Francisco Amoêdo Canudo	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 26 de setembro
097	24-09-2025	Rui Pedro Neto Garcia	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 26 de setembro